

avancada

CGTP-IN

Ano 5 N.º 32 Janeiro 1980 Preço 15\$00

DESTACÁVEL III Congresso da CGTP-IN
Documentos em discussão

1980



POPULARES LIVRARIAS



AS SUAS LIVRARIAS

ANGRA: LIVRARIA POPULAR DE ANGRA
Rua Rianha D. Amélia, 78-80 - ANGRA DO HEROISMO
BEJA: LIVRARIA POPULAR DE BEJA
Rua Mértola, 89 - BEJA
COIMBRA: INTERLIVRO
Terreiro da Erva, 6 - COIMBRA
ÉVORA: LIVRARIA BENTO JESUS CARAÇA
Rua Alcárcova de Baixo, 13 - ÉVORA
FARO: LIVRARIA POPULAR DE FARO
Rua 1.º de Dezembro, 13 - FARO
LISBOA: INTERLIVRO
Rua Pedro Nunes, 9-A - LISBOA 1
LIVRARIA «o diário»
Rua do Século, 80 - LISBOA 2
CDL
Avenida Santos Dumont, 57-C - LISBOA 1
OLIVAIS SUL: LIVRARIA POPULAR DOS OLIVAIS
Rua Cidade de Quelimane, 3-C - OLIVAIS SUL
MARINHA GRANDE: LIVRARIA 18 DE JANEIRO
Rua António Campos Júnior, 18 - MARINHA GRANDE
PORTO: LIVRARIA AVANTE
Rua de Aviz, 26 - PORTO
SANTARÉM: LIVRARIA CAMINHO
Rua Pedro de Santarém, 41 - SANTARÉM
SETUBAL: LIVRARIA MUNDO NOVO
Avenida de Argote, 20-A - SETUBAL
VIANA DO CASTELO: LIVRARIA POPULAR DE VIANA
Rua da Picota, 38-40 - VIANA DO CASTELO
V. FRANÇA DE XIRA: LIVRARIA SOEIRO PEREIRA GOMES
Rua Serralheiro, 77 - VILA FRANÇA DE XIRA
DEPARTAMENTO DE VENDA DIRECTA
Avenida Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - LISBOA 1

ONDE PODE ENCONTRAR

LIVROS NACIONAIS E ESTRANGEIROS ● LIVROS
ESCOLARES ● DISCOS ● CASSETTES ● ARTESANATO
● POSTERS ● SELOS ● MEDALHAS ● JOGOS
● BRINQUEDOS



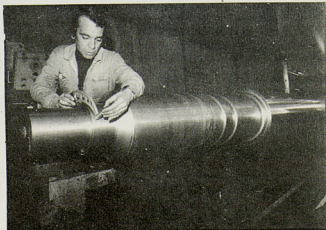
visite
as

POPULARES
LIVRARIAS CDL

Leia neste número:



PLENARIO DA CGTP-IN



A ORGANIZAÇÃO SINDICAL NA EMPRESA

ÓRGÃO MENSAL DA CONFEDERAÇÃO GERAL
DOS TRABALHADORES PORTUGUESES
-INTERSINDICAL NACIONAL

Rua Victor Cordon, N.º 1, 2.º - LISBOA

DIRECTOR: JOSÉ ERNESTO CARTAXO



LISBOA 6/7/8 E 9 DE MARÇO DE 1980

DESTACÁVEL

— Avancemos
com o III Congresso



**MULHERES FALAM
DO CUSTO DE VIDA**

REDACÇÃO
E ADMINISTRAÇÃO:
RUA VÍTOR CORDON, N.º 1, 2.º
1294 LISBOA CODEX

COMPOSTO E IMPRESSO
NA RENASCENÇA GRÁFICA,
SARIL
RUA LUZ SORIANO, 44
1200 LISBOA

DISTRIBUIÇÃO:
CDL - CENTRAL DISTRIBUIDORA
LIVREIRA

Sumário

Em directo com os leitores	4
Editorial	5
Notícias e Comentários	6/7
Organização sindical na empresa	8/9/10/11
Custo de vida - Mulheres depõem	12/13
Plenário Nacional da CGTP-IN	14/15
Direito ao trabalho - Para quando?	16/17
Formação sindical	18/19
MURPI	20
Seminário sobre Segurança Social	21
A CGTP-IN e o Mundo	22/23
Cinema	24
Teatro	25
Desporto	26

ESTA EDIÇÃO CONTÉM 36 PAGINAS

**Incluindo Destacável sobre o ante-projecto de teses
do III Congresso da CGTP-IN**

Condições de assinatura

Continente	- Anual (12 números)	165\$00
	- Semestral (6 números)	85\$00
Ilhas	- Anual (12 números)	260\$00
(Por avião)	- Semestral (6 números)	130\$00
Estrangeiro	- Anual (12 números)	500\$00
(Por avião)	- Semestral (6 números)	250\$00

Pedidos à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
- Intersindical Nacional - Rua Vítor Cordon, n.º 1-2.º
1294 LISBOA CODEX



Organização de trabalhadores estrangeiros e portugueses na Holanda

As principais entidades oficiais do nosso País, as organizações abaixo referidas enviarão uma vigorosa nota de protesto, cujo primeiro parágrafo transcrevemos:

«As Organizações de Trabalhadores Estrangeiros e Portugueses radicados na Holanda, abaixo assinadas, vêm protestar energicamente e repudiam o clima de violência desencadeada em Portugal e, sobretudo, no Alentejo, da qual resultou o assassinio de dois trabalhadores agrícolas pelas forças de repressão da G.N.R. mandadas pelos agrários sabotadores da Economia Portuguesa».

Assim este documento as seguintes organizações de trabalhadores estrangeiros actualmente na Holanda:

Espanholas: — Associação Cultural, União Geral de Trabalhadores, Casa do Emigrante de Amsterdão e Centro Espanhol Cristiano.

Portuguesas: — Associação Resistência e Trabalho, G.D. Casa Portuguesa, Os Lusitanos e o Núcleo do M.D.M.

Grega: — Criense Gemmenshar Amsterdam.

Italiana: — Federazipne I. Lavoratori Emigrati.

Marroquina: — Comité de Acção Nederland e Steun Marrokanse Vrouwen.

Turca: — Tuhrse Erbeiders Vereniging, Tuhrse Atatuuriste Vereniging, Tuhrse Ondernijw Vereniging e Tuhrse Vrouwen Vereniging.

OBRIGADO E PARA A FRENTE AMIGOS!

A todos os nossos amigos, assinantes e camaradas sindicalistas que, durante este período de paz e de fraternidade entre os homens, nos enviaram Boas Festas, aqui deixamos o nosso abraço do mais profundo agradecimento, e, como eles, renovamos os votos, que é o de todos os trabalhadores, para que o ano de 1980 seja um ano de maior reforço, ainda, da Unidade entre todos os portugueses que produzem a riqueza do nosso País, isto é, a classe dos trabalhadores, dos explorados da nossa terra. Também estamos com os que estão dispostos a defenderem intransigentemente as conquistas democráticas e sociais conseguidas após a gloriosa jornada do 25 de Abril de 1974.

ERRATA

Na revista «Alavanca» n.º 31, no final do artigo intitulado «Higiene e Segurança no Trabalho» noticiámos, erradamente, e a presença de vários ministros numa mesa-redonda organizada por esta revista.

Na realidade onde se leu «ministro» deve ler-se «ministério».

Mais ainda, o representante do Ministério dos Assuntos Sociais à mesma mesa-redonda era Martins Figueiredo. Pelo lapso cometido pedimos as nossas desculpas, aqui ficando a devida correção.

Marcelino dos Santos Lisboa

«Em face aos resultados das recentes eleições intercalares para a Assembleia da República, verifico que irá existir, desde o começo do ano, um governo de personalidades da A.D., o que quer dizer, muito simplesmente, um governo de grandes senhores ricos e menos ricos, mais ligados, sobretudo, aos interesses e aos problemas dos capitalistas que aos dos trabalhadores. «Não tenho dúvidas que os senhores Sá Carneiro, Freitas do Amaral e CIA, irão desenvolver uma política antipopular, de agravamento às condições de vida, já tão precárias, do povo português. Naturalmente, farão tudo o que estiver ao seu alcance para poderem destruir as conquistas que o Movimento dos Capitães de Abril proporcionou aos trabalhadores portugueses, de todos os sectores. Talvez — e isso é muito grave, também — venham a ser renovados os ferozes ataques à Reforma Agrária, que é a menina dos olhos dos trabalhadores portugueses, de forma a destruí-la completamente, com as reintregas das terras aos antigos senhores feudais.»

«Penso que, em face ao grave perigo que o Governo A.D. deve estar a preparar contra as conquistas dos trabalhadores, depois da «Revolução dos Cravos», é urgentemente necessá-

rio que todos os trabalhadores portugueses reforcem mais e mais a sua unidade, de forma poderem estar aptos a responderem com consciente decisão e eficiência a todos os ataques deste governo que, pelas suas características, é obrigado a agravar cada vez mais as já graves condições de vida dos trabalhadores e da sobrevivência da camada mais desprotegida do povo português.»

Poderíamos reforçar quanto diz na sua carta com o que pensamos sobre o assunto. Aguardemos, todavia, o que vai seguir-se, com a calma e a decisão indispensáveis para que a defesa dos trabalhadores possa continuar a ser a tônica fundamental da existência da CGTP-
IN, como até aqui.

Mas torna-se necessário, para isso, como o amigo diz, e bem, que a Unidade entre todos os trabalhadores seja um motivo essencial para a que a nossa luta seja vitoriosa, quaisquer que sejam as dificuldades que o capitalismo, e este governo que vai servir os seus interesses, nos metam pelo caminho. A unidade o Movimento Sindical é a condição essencial para que triunfe a razão da classe explorada, que é a dos trabalhadores. Assim, com unidade e decisão, a vitória é certa, não haja sobre isto quaisquer dúvidas.

SAUDAÇÃO AOS TRABALHADORES

A CGTP-IN ao assinalar a entrada do ano de 1980, saúda fraternalmente os trabalhadores portugueses e deseja a todos os melhores sucessos na luta por uma vida melhor, objectivo da luta de todos nós.

O ano que agora se inicia, não será um ano fácil, se atentarmos nas condições criadas pelos resultados eleitorais. No entanto, fruto da grande maturidade e firmeza, já evidenciadas em anteriores situações difíceis, os trabalhadores estão devidamente preparados para enfrentar as investidas dos seus inimigos de classe, e, irmão, nas novas condições, reforçar a sua coesão e unidade, do seu movimento sindical e de todas as forças democráticas interessadas em barrar com êxito o projecto dos representantes do passado.

Os trabalhadores e o movimento sindical que constituem um importante baluarte na salvaguarda do regime democrático e constitucional, das conquistas da revolução e dos direitos e interesses dos trabalhadores, estão dispostos, hoje como sempre, a lutar intransigentemente contra a política de direita que visa a subversão do regime e o aniquilamento das liberdades, a restauração do poder dos monopólios e latifundiários, o atraso económico e a dependência do imperialismo.

Apesar dos inegáveis perigos resultantes das alterações políticas verificadas com as

eleições, o movimento sindical, reunido em torno da CGTP-IN, mantém e desenvolve as grandes potencialidades que fazem dele um poderoso instrumento da luta de massas na defesa dos interesses dos trabalhadores.

O ano de 1980 será o ano do 3.º Congresso da CGTP-IN

As tarefas de preparação e realização do 3.º Congresso serão um importante contributo para reforçar unidade sindical, para fortalecer a organização do Movimento Sindical, para mobilizar todos os trabalhadores contra a política antipopular e anticonstitucional do Governo que se avizinha.

A capacidade de luta e a consciência de classe dos trabalhadores portugueses são a melhor garantia para mantermos bem alta a nossa determinação e a nossa confiança de que as trevas do passado serão mais uma vez vencidas e o Portugal de Abril prosseguirá vigorosamente.

Vamos entrar no novo ano, conscientes das dificuldades que se nos vão deparar, das grandes batalhas que se aproximam. Mas enfrentamos mais fortes, mais organizados e mais conscientes de que temos condições, para prosseguirmos com determinação a luta pela defesa intransigente dos verdadeiros interesses dos trabalhadores e do País, para prosseguirmos a construção do Portugal de Abril.

Lisboa, 31/12/79

SECRETARIADO NACIONAL DA CGTP-IN

CORAME

Solução provisória

A luta dos trabalhadores da CORAME pela manutenção dos seus postos de trabalho e pela defesa da economia nacional é sobejamente conhecida da opinião pública.

Desde a greve de 1 de Agosto a luta dos trabalhadores da CORAME passou por várias fases encontrando sempre a oposição obstinada e até mesmo a repressão do patronato sabotador, assim como, de variadas incompreensões por parte do aparelho de Estado.

No dia 11 de Dezembro último, por proposta do Gabinete do Primeiro-Ministro, as organizações representativas dos trabalhadores foram convocadas para uma reunião conjunta com o MIT e o patronato.

Após terem sido informados da recusa do diá-



logo por parte da entidade patronal, os trabalhadores da CORAME decidiram encontrar uma solução que garantisse o sustento dos seus familiares.

A empresa vai iniciar a sua laboração em auto-gestão até que patrões e Governo se disponham a dialogar encontrando uma solução definitiva que garanta os postos de trabalho, o direito ao salário e que salvguarde os mais de cem mil contos que a Banca tem na empresa.

Da luta nasce a vitória



Respondendo determinadamente com uma adesão à greve de 24 de Dezembro de 99% os trabalhadores da Matur e do Hotel Atlantis da Madeira,

obtiveram o compromisso de que no dia 27 de Dezembro lhes seria satisfeito integralmente o pagamento do 13.º mês (subsídio de Natal) e ainda a declaração por parte da empresa de que não estava em causa o pagamento integral e pontual da retribuição de Dezembro.

Recusando massivamente a aceleração do pagamento em prestações daquelas remunerações, os trabalhadores da Matur e do Atlantis afirmaram a sua exigência colectiva do cumprimento por parte da empresa, e de uma forma integral, das suas obrigações.

Entretanto a Federação Nacional dos Sindicatos da Indústria de Hotelaria e Turismo, ao mesmo tempo que saudou a forma vigorosa e uníssona como os trabalhadores se levantaram em defesa dos seus interesses imediatos, sinal de que da mesma forma se levantarão sempre que estiveram em causa os seus interesses de classe, apelou para que os trabalhadores se mantenassem mobilizados e aptos para de igual modo poderem responder a qualquer fuga por parte da empresa ao compromisso por ela efectuado.

Número fiscal do contribuinte

Há bastante tempo que o Movimento Sindical tem vindo a denunciar as fugas e fraudes fiscais que caracterizam o sistema fiscal português, das quais se aproveitam fortemente as classes sociais mais favorecidas, nomeadamente no que concerne a rendimentos do capital e da propriedade.

O saneamento do novo sistema fiscal impõe a tomada de várias medidas de fundo. Uma des-

sas medidas é a tributação global de todos os rendimentos de um mesmo contribuinte. Isto é, os rendimentos auferidos em qualquer ponto do País devem ser tributados duma só vez, pela globalidade, e não separadamente por várias repartições de finanças, consoante o local onde são auferidos esses rendimentos, como acontece hoje.

Esta situação tem a ver principalmente com o

caso das taxas progressivas, em que os maiores rendimentos por se encontrarem repartidos por diversas repartições de finanças acabam por ser tributados com taxas inferiores às que lhe competem.

A instituição do número fiscal de contribuinte, pelo Decreto-Lei 463/79 de 30.11 constitui um dos instrumentos necessários ao combate à fuga e fraudes fiscais

que val servir de meio de controlo fundamental sobre os grandes rendimentos nomeadamente os provenientes do capital e da propriedade.

Com efeito, os impostos que incidem sobre os rendimentos do trabalho, por serem cobrados através da retenção na fonte (como o imposto profissional, Fundo de Desemprego e até a Previdência), encontram-se já devidamente controlados.

O sismo dos Açores e as suas consequências

1980 teve início trágico para o povo açoriano.

Tal como largamente foi noticiado, aquele arquipélago foi assolado por fortes abalos sísmicos, cujas consequências se traduziram numa lamentável perda de vidas humanas e na destruição considerável do aparelho produtivo da região.

No plano económico, embora não exista ainda um balanço total das consequências do sismo, é já possível prever a interrupção forçada de muitas unidades produtivas e a situação daí decorrente para muitos trabalhadores.

A CGTP-IN logo após ter tomado conhecimento dos acontecimentos, lançou um apelo à mobilização dos trabalhadores para se solidarizarem com os seus companheiros açorianos através das várias acções desencadeadas pelos organismos oficiais.

Num comunicado emitido a este respeito, a CGTP-IN lembra a recentemente publicada legislação sobre o apoio financeiro a empresas ou quaisquer outras entidades com trabalhadores ou seu serviço atingidas por catástrofes e outras ocorrências graves, no sentido de possibilitar a rápida concessão aos trabalhadores na inactividade do pagamento dos seus salários, bastando para tal que as empresas o requeiram aos serviços regionais da Direcção-Geral da Promoção e Emprego, conforme prevêem o Decreto-Lei 230/79 e o Despacho Normativo 301/79.

No mesmo comunicado a CGTP-IN lembra que as autoridades centrais e regionais «sempre poderão lançar mão dos mecanismos próprios do subsídio de Desemprego para prover a situação desesperada dos sismos de 1 de Janeiro.»

No documento, a CGTP-IN reafirma a sua solidariedade ao povo e aos trabalhadores dos Açores e exige das entidades competentes uma acção rápida e eficaz no acionador dos mecanismos necessários para a resolução das situações desesperadas causadas pelos trágicos acontecimentos do passado dia 1 de Janeiro.



Organização sindical na empresa

LISNAVE cidadela do trabalho

Uma equipa de reportagem de «Alavanca» deslocou-se, há dias, aos grandes estaleiros da Lisnave, na outra banda de Lisboa, para ver como trabalhavam, como produziam, como resistiam os homens de sangue e aço que fazem mover tão potente máquina, que é toda a estrutura da Lisnave. Na realidade, estas instalações da Lisnave são como uma grande e povoada vila de 8.600 pessoas, em actividade, entre as que produzem e as que nos escritórios e noutros pontos nevrálgicos da empresa conseguem mantê-la activa e produtiva.

As suas instalações, das mais funcionais que se conhecem no mundo, suas docas secas e flutuantes, seus cais acostáveis, seus prédios para técnicos da construção e da administração, foram «roubados» ao rio (neste caso ao Tejo), o que nos faz pensar na epopeia imensa dos holandeses que alargaram, à custa de muito esforço e do mar, os terrenos necessários para cultivo e outras produções agrícolas de que careciam.

Como estava programado e depois de prolongada visita às instalações principais desta grande cidade oficial, sempre guiados por alguns camaradas do Secretariado da Comissão Intersindical da empresa, fomos conversar para as instalações próprias onde funcionam os serviços desse organismo sindical. Estavam presentes alguns membros do

Secretariado Sindical, entre os quais: Francisco Rosa Maria, serralheiro mecânico; Rui Paixão, monitor; Luís de Matos, agente de métodos e António Ligeiro, serralheiro de tubos.

Criação das Comissões

Começaram por dizer-nos que, logo após o 25 de



Durante a entrevista, da esquerda para a direita: Francisco Rosa Maria, Rui Paixão, Luís de Matos e António Ligeiro

Abril de 1974, a dinâmica dos operários revelou-se seguidamente com a formação de uma «Comissão de Trabalhadores» de ocasião. E é através dessa comissão que é formada a CDT (Comissão de Defesa dos Trabalhadores) que incluía, pela primeira vez, delegados sindicais. A partir de 1976, a influência desta Comissão começou a crescer com muita inten-

sidade. E é a partir daí que se chegou a acordo sobre a conveniência, para os interesses desses trabalhadores, de se criar uma Comissão Intersindical da empresa. Desde então, e embora separados, com funções bem distintas, os dois organismos representantes dos trabalhadores têm levado a cabo um trabalho intenso, de unidade, na defesa activa de quan-

Vítimas da ganância patronal

A Administração da Lisnave deixou, de há vários anos a esta parte, de admitir pessoal. Preferiu recorrer a certos empreiteiros particulares, o que tem acontecido, e acontece, com frequência. Isto, apesar de ter operários especializados nesses trabalhos, mas em número insuficiente para fazer face às obras a fazer nos navios, que ali vão para reparação.

É o caso da Contubos, que foi chamada a realizar trabalhos de construção de andames em ferro em tanques de navios. No caso presente, no barco japonês «Funki Maru», em reparação no cais número 5 da Lisnave.

Muitas vezes, a experiência deste pessoal, que as empresas particulares empregam, é insu-

ficiente, pelo que os desastres se verificam, de quando em quando. O de agora, teve trágicas consequências.

Estava a equipa de reportagem de «Alavanca» nas instalações da Lisnave quando se soube desse desastre de trabalho, que custou a vida a Virgílio Bento dos Reis, natural de Canaças, de 31 anos, casado e que deixa dois filhos menores.

A ignorância patronal está, quase sempre, na origem destas e de outras tragédias em que as vítimas principais são os que trabalham para poderem alimentar-se e aos seus. Nunca se viu que tais desastres tenham vitimado os grandes senhores, patrões ou administradores... Tais perigos rondam sempre os operários, e apenas eles.



O trabalhador, na base da força produtiva

tos dão à Lisnave o produto do seu esforço.

O Secretariado da Comissão Intersindical começou com Silementos, mensalmente renováveis por eleição directa e secreta dos delegados sindicais. Depois, essa eleição passou a fazer-se de três em três meses. Presentemente, o referido Secretariado possui 7 membros (sendo 6 das instalações da Margueira e 1 da Rocha de Conde de Obidos) e é renovável, por eleições, de seis em seis meses.

Situação do Secretariado

O Secretariado é eleito em plenário de delegados sindicais. O mais recente plenário tinha para cima de cem delegados que elegeram, por lista e voto secreto, 6 elementos a tempo inteiro, que ficaram com a responsabilidade dos seguintes pelouros:

- Organização
- Informação
- Contratação Colectiva
- Conflitos Laborais
- Fundos
- Assuntos sociais e tempos livres

É de salientar que existe, neste grupo de camaradas, uma entreaduça que torna mais funcional e operante todos os pelouros.

Este grupo reúne sema-

Entre guindastes, falando para «Alavanca»



Um muro da Liberdade, na Fortaleza do Trabalho

nalmente (de preferência às segundas-feiras) para analisar o ponto da situação e delinear as tarefas a resolver. Mas é necessário realçar que todos os assuntos, desde o mais pequeno problema com qualquer trabalhador até aos delicados assuntos socio-

culturais, passam sempre pela Comissão Intersindical. O contacto semanal, em princípio, com a divisão do pessoal produtor e o administrativo, com horários diferentes, tem dado origem a reuniões separadas e em dias diferentes, para a análise e a resolução dos problemas que se vão apresentando ao longo de cada semana.

Funcionamento democrático

Antes de mais, qualquer problema de trabalho ou outro que surja é posto directamente ao Delegado Sindical e, a seguir, ao Delegado de Base.

Cada Delegado Sindical é eleito pelos sindicalizados da respectiva secção na proporção de 1 para 50.



uma percentagem que atinge os 90%. Os 880 não sindicalizados são, na sua maioria, quadros técnicos. Todavia, a tendência que se verifica, neste momento, é a de uma crescente sindicalização dos que figuram nestes últimos números.

Quando em resposta a uma nossa pergunta, se se notava alguma discriminação racial em relação aos trabalhadores de cor, a resposta veio pronta e negativa. Com o acréscimo de que existem na empresa cerca de 300 operários de cor, na sua maioria caboverdianos, quase todos eles sindicalizados.

Os delegados têm lugares próprios para reunirem nas suas secções, quando são problemas de pronta solução. Só quando eles ultrapassam as suas possibilidades de resolução é que recorrem ao Secretariado da Intersindical da empresa.

Os contactos com a Administração da empresa são sempre efectuados através do Secretariado da Comissão Intersindical.

Actividades diversas

Logo após o 25 de Abril, desenvolveram-se grandes campanhas de explicação, através de vários activistas, da necessidade de sindicalização, como defesa dos interesses dos trabalhadores e da indispensável unidade. Através de mapas mensais, que são fornecidos pela direcção da empresa aos delegados sindicais, pode verificar-se a indicação dos trabalhadores que não fazem o desconto para o sindical. Mas estes casos são raros, o que é provado pela percentagem de sindicalizados atrás referida.

Quanto à tão «célebre» UGT, pode afirmar-se que apenas tem 2% de operários desta empresa sindicalizados, o que perfaz, neste momento, aproximadamente 197 operários. Todavia, face ao esclarecimento progressivo desses trabalhadores, verifica-se a tendência

para que este número venha a baixar mais ainda e o regresso ao Sindicato dos Metalúrgicos venha a dar-se, mais dia, menos dias, para o necessário e total reforço da Unidade.

Entre os 23 Sindicatos existentes, há três que são dos maioritários: Metalúrgicos de Lisboa, Metalúrgicos de Setúbal e Escritórios. No entanto, avançaram-se passos para a verticalização sindical, com a integração nos Metalúrgicos de Setúbal, dos da Hotelaria e dos Químicos, o que é uma excelente amostra dos desejos de reforço da unidade entre os trabalhadores.

Perspectivas da organização sindical da empresa

Com a extinção da Divisão de Construções, houve um movimento de trabalhadores e de delegados que chegou a abalar seriamente a estrutura de Delegados Sindicais que então existia. Para a recolocação destes trabalhadores não há, ainda, a nível de informática, nenhum trabalho feito. Só depois disto feito, o que se espera seja no próximo ano, (1980) é que se poderá proceder à reformulação sindical da empresa e à reestruturação da rede de Delegados, deixando de ser uma Comissão Inter-sindical e um Secretariado para se formar a Secção Sindical da Empresa, pondo-se, desta maneira, em prática uma das conclusões da Conferência de Organização. Isto representa um trabalho longo, que requer muito esforço, dedicação e persistência dos militantes sindicais, não se sabendo depois, como virão a ser as reacções do patronato a este trabalho de reforço da unidade dos trabalhadores.

Por conveniência da direcção da empresa, tem-se seguido uma política de não construção de barcos, pois as reparações, nas docas, ou fora

delas, dão mais dinheiro. Desta política de lucros, há equipamentos muito importantes em sub-aproveitamento, assim como a paralisação de toda a linha de fabricação e prefabricação de que a Lisnave está dotada.

Assim, dos 10.000 operários que existiam em 1974, a administração propôs condições aos trabalhadores de reforma antecipada (de 1978 a Março de 1979) na impossibilidade legal de fazer despedimentos colectivos, pelo que, presentemente, o número de trabalhadores está reduzido a cerca de 8.600, como atrás se referiu.

Diversos

Com a saída da portaria 77, da Metalurgia e Metalomecânica, conseguiu-se a constituição da Comissão de Higiene e Segurança na empresa.

O Encontro Nacional de Higiene e Segurança no Trabalho apontou para uma composição mais alargada e mais a favor dos trabalhadores.

Fez-se um Caderno Reivindicativo para uma estadia de meio ano, (que cremos de experiência) sendo um dos pontos principais a composição dessa Comissão de Higiene e Segurança, que ficou constituída com:

5 representantes da Empresa, e

5 representantes dos trabalhadores.

Até agora, parece ser efectivamente profícuo o resultado da actividade desta comissão.

Entretanto, a equipa de reportagem de «Alavanca» tinha conseguido constatar que, em dois dos três imensos refeitórios da empresa, com capacidade para 4.500 pessoas, estavam sendo servidos almoços a crianças e orfãos de instituições do Barreiro e de Setúbal, findo o qual lhes foram distribuídos briques, oferecidos pelas organizações respectivas dos trabalhadores desta imensa cidade operária, que é a Lisnave.

JACINTO

Unidade e organização determinam vitória na luta

Os cerca de 900 trabalhadores da empresa de Fiação e Tecidos do JACINTO (1), enfrentaram uma das mais duras lutas laborais ocorridas em 1979, da qual saíram vitoriosos. O conflito, resultante da desintervenção decretada pelo Governo MP, assumiu grandes proporções, com relevo para as cargas da GNR e da PSP sobre os trabalhadores; estes, defendiam os postos de trabalho ameaçados e opunham-se à permanência na empresa da policia privada do patrão João Marinho, que regressara acedunado por dois homens da sua confiança para ocuparem importantes postos de direcção, conforme foi então largamente noticiado.

Porque só graças a organização dos trabalhadores eles puderam (apoiados pelo Movimento Sindical Unitário e em particular pela Federação dos Têxteis) superar situações muito difíceis, ALAVANCA foi ouvir os seus ORs, trazendo aos leitores, em síntese, um exemplo gratificante de unidade e determinação. Essas ORs são, presentemente, uma CT com 14 elementos (que já fez aprovar novos estatutos, de acordo com a Lei 46/79) e uma Comissão Inter-sindical, onde o Sindicato Têxtil é, naturalmente, maioritário (2); ambos os órgãos funcionam em estreita cooperação, zelando pelos interesses materiais dos trabalhadores mas também pela ocupação dos seus tempos livres, através da manutenção de Secções de Cultura, Desporto e Arte.

A organização dos Trabalhadores no Jacinto não data, porém, de 1979. Em Maio de 75, recedendo legitimamente a falência da

empresa, eles decidiram organizar-se em autogestão; elegeram uma Comissão Administrativa provisória e pediram a intervenção do Estado na empresa (só concretizada um ano depois), face às conclusões da análise económica mandada efectuar pela Secretaria de Estado do Trabalho; cerca de 50.000 contos de dívidas à banca e 80.000 ao Estado, além de responsabilidades dos patrões em fraudes fiscais e desvios de milhares de contos. Apesar do boicote da banca durante a autogestão, os trabalhadores recuperaram a empresa em 3 anos de intervenção, fazendo diminuir os prejuízos anuais de 140.000 contos (1974) para cerca de 5.000 (1978), aumentando a produtividade.

Balanço dumia luta

A ofensiva decorrente da desintervenção encontrou portanto os trabalhadores organizados, em



Representantes dos trabalhadores falando para a «Alavanca»

condições não apenas de resistirem mas ainda de se fazerem ouvir organizadamente junto da administração e do Governo, impondo a satisfação das suas justas reivindicações: — saída da empresa de todos os elementos estranhos; renovação de contratos aos trabalhadores a prazo despedidos e arquivo dos processos disciplinares a 71 outros, processos que motivariam o despedimento de todos os membros da CT, delegados e um dirigente sindical. Além disso, todo o Caderno Reivindicativo aprovado em plenário foi aceite pelo patronato, incluindo o ponto referente ao controlo de gestão, conforme referia Abel Rebelo (da CT e delegado ao Sindicato dos Têxteis).

Na fase aguda da luta, sob a direcção do Sindicato Têxtil, CT e CI, mandatárias dos trabalhadores, desenvolveram toda a acção visando o cumprimento das decisões destes; embora os seus elementos estivessem suspensos e impedidos de transportar os portões da velha fábrica da Piedade, palco dos conflitos, eles compareciam aí diariamente, coordenando do exterior a acção de Comissões de Apoio que de imediato alguns trabalhadores mais activos constituíram. Dia e noite, piquetes de greve (credenciados pelos Sindicatos) (3) e de segurança nocturna asseguravam a defesa dos interesses dos trabalhadores.

Sendo embora a Jacinto

nha-se perdido a luta», ao que Manuel Cunha (delegado ao Sindicato da Construção Civil) acrescentaria: — Isso vê-se na pancada que a polícia deu, só em mulheres, à parte o Alfredo, dirigente sindical.

Perspectivas futuras

Considerando as dividas do patronato as garantidas com hipotecas dos edifícios e terrenos, os trabalhadores avançaram com a sua proposta de viabilização, contrapondo à desintervenção a transformação da Jacinto em empresa de capitais mistos, com posição maioritária do Estado.

A viabilização económica é fundamental como garante dos postos de trabalho. A administração prepara-se, por seu turno, para apresentar também uma proposta de «viabilização»; sobre isto ouvimos Ilda Figueiredo, economista que dá apoio técnico ao Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Distrito, a qual manifestou apreensão quanto à possibilidade de apresentação dum contrato de viabilização de grau E (empresa

inviável), que «ofereceria» a empresa a um grupo económico interessado em comprá-la para evitar a falência, sem garantia dos postos de trabalho. Também os ORTs «não esperam que os patrões venham defender os seus interesses», como nos diria Manuel Cunha. A Rebelo acrescentou porém que «embora se viva hoje na Jacinto uma calma aparente, os trabalhadores estão unidos e organizados para poderem actuar numa nova fase da luta», e concluiu:

— «UMA COISA QUE EXISTIU E SEMPRE HÁ-DE EXISTIR AQUI É A UNIDADE DOS TRABALHADORES».

(1) empresa têxtil portuguesa, quase centenária, constituída pelas fábricas da Piedade, Ribeira e St.ª Cruz do Bispo

(2) com delegados nas 3 unidades; cada um dos delegados a outros sindicatos é responsável pela coordenação do trabalho do seu sector no conjunto dos locais de trabalho

(3) a greve foi apoiada por 7 dos 10 Sindicatos com associados na empresa, mas os restantes, pressionados pelos trabalhadores subcreveram também o pré-aviso



Imagem duma fase da luta

Custo de vida

MULHERES DEPÕEM



MARIA NATAL
— dona de casa

1 — É um problema com consequências de vária ordem: primeiro a degradação da qualidade de vida, em especial da alimentação, com as preocupações que isso traz, particularmente às donas de casa, que têm de preparar as refeições inventando formas de reduzir despesas (a carne, o peixe, a fruta, o leite, cada vez estão menos ao nosso

alcanço); depois as consequências polílicas, e ainda aquilo que as donas de casa: insatisfeitas com a situação e isoladas, sujeitas à desinformação da rádio e da televisão, são levadas a atribuir injustamente as suas dificuldades ao 25 de Abril (mas eu lembro-me que a nossa situação melhorou e depois de 76 se agravou).

Vejo-me aflita, tenho de improvisar, na cozinha e no vestuário: só compro mesmo aquilo que não posso fazer.

2 — Actuar nos circuitos de comercialização era uma medida fundamental: estive na direcção duma cooperativa de consumo e via que tais circuitos, nas mãos dos intermediários, funcionam de modo a corresponder aos interesses destes e não aos dos consumidores. Outra medida

A subida contínua de preços dos géneros, produtos e serviços essenciais, sem justa contrapartida no aumento de salários, ordenados, pensões, é uma dura realidade no quotidiano dos trabalhadores portugueses; realidade mais directamente sentida pelas mulheres que, na maioria dos agregados familiares, administram magros orçamentos.

1 — O que pensa do aumento do custo de vida? Que consequências tem tido para si?

2 — Como travar este aumento?

importante era alargar o conteúdo do «cabaz de compras», incluindo nele medicamentos, rendas de casa, gás e electricidade, produtos de higiene, tudo a preços congelados.



FILOMENA SANTOS
— caixeira

1 — É um problema resultante da acção dos diversos Governos que têm agido contra os interesses

dos trabalhadores e do povo em geral, embora reflectindo também a crise geral do capitalismo; prova disso é que, entre 74 e 76 a maioria dos portugueses viu melhorado o seu nível de vida.

Como trabalhadora tenho verificado grande redução nas vendas, porque o poder de compra tem diminuído; como mulher trabalhadora, a quem, no entanto, continua a ser atribuído o governo da casa, acontece que a falta de dinheiro limita a possibilidade de comprar o bife que se faz depressa, as refeições preparadas, etc., enquanto a falta de tempo limita a procura do mais barato e de soluções de recurso que as donas de casa sempre podem adoptar. Tenho sentido muito o problema ao nível dos bens essenciais: alimentação, vestuário, calçado.

2 — As cooperativas e as autarquias, aquelas onde a esquerda é maioritária, têm um campo de acções a desenvolver, o que não resolverá o problema mas pode minimizar-lhe as consequências.



LUÍSA FERREIRA
— operária fabril

1 — Penso que esta situação, mais sentida pela maior parte das mulheres no imediato das compras para casa, resulta da submissão ao FMI dos Governos que temos tido desde 1977, traduzida em desvalorização da moeda, numa série de medidas



ANA ISABEL
— educadora de infância

1 — É uma situação terrível. No meu local de trabalho verifico, por exemplo, que as crianças perdem sempre peso durante os fins-de-semana, porque o orçamento familiar não lhes pode proporcionar uma alimentação adequada em casa.

Quanto a mim tem sido desastroso, pois embora solteira e sem filhos, tenho de contribuir para as despesas da família, de modo

que afectam gravemente as condições de vida das classes trabalhadoras, a quem sobra muito mês para pouco dinheiro.

O que mais directamente me afecta são os preços dos géneros alimentares; gosto muito de música, de ler, e depois de despesas enormes sobretudo com a alimentação, não podem satisfazer-se necessidades culturais.

2 — Pondo termo à liberalização dos preços em geral, a que se imporia uma fiscalização rigorosa; congelando os preços dos bens essenciais de consumo; apoiando a produção, as empresas nacionalizadas, a Reforma Agrária, em vez de se protegerem os intermediários cuja acção se reflecte no agravamento dos preços.

que os gastos pessoais não vão além de alimentação, transportes... mesmo a roupa é normalmente oferecida por pessoas amigas. Isto porque, além do aumento constante dos preços, há um grave problema habitacional e, em dado momento, a família viu-se forçada a contrair encargos com a aquisição dum apartamento, cada vez menos suportáveis face ao aumento da taxa de juro.

2 — A política económica e social do País não visa satisfazer as necessidades básicas da população trabalhadora; era uma nova política económica e social que se tornava necessária. No âmbito da actual, temos de defender os aumentos salariais para ir fazendo face às necessidades.

Na voz destas mulheres, o tom sombrio em que uma política económica de regresso ao passado envolve a vida dos trabalhadores, do povo português...mas também a lucidez, no apontar de causas, na



MARIA DO CARMO
— empregada de escritório

1 — A partir do VI Governo Provisório tem havido uma política de recuperação capitalista (não queria usar chaves mas



FERNANDA MESTRI
— jornalista

1 — O aumento do custo de vida é cada vez mais sentido, mesmo pelos trabalhadores com salários aparentemente altos; os ordenados são muito reduzidos pelos descontos, pelos impostos sobre o trabalho, tornando incontrolável a inflação, que não é compensada pela actualização da Contrata-

consciência de que a situação não é irremediável e há medidas alternativas, quer pontuais quer de fundo, a opor ao agravamento das condições de vida que estamos suportando, para salva-

isto e o que se passa), uma política económica contrária à Constituição da República, donde resulta o aumento do custo de vida, a redução do poder de compra dos trabalhadores que produzem a riqueza, em benefício do capital.

Eu ganho acima do CCT na empresa onde trabalho, pelo que não tenho sentido tanto como a grande parte da população, esta crise, que justifica, por exemplo, um aumento do índice de tuberculose...

2 — Deveria ser aplicado um conjunto de medidas de fundo para sustentar a inflação... era necessária uma viragem total na política económica.

ção Colectiva de Trabalho.

Um salário tem de sustentar muitas vezes várias pessoas e fazer face a rendas de casa incomportáveis; então vão-se cortando os gastos normais, mesmo com alimentação, já não falando na satisfação (impossível) de solicitações de ordem cultural.

2 — Entendo que deveriam ser tomadas medidas, como:

— aproveitamento das potencialidades económicas do País, para que grande parte do OGE não se destine a pagar dívidas ao estrangeiro;

— estabilização do ritmo inflacionário, no mínimo ao nível da Europa capitalista.

— indexação dos salários, que passa por uma política salarial definida;

Não creio, no entanto, que tais medidas sejam tomadas, pois estamos em presença duma política salarial idêntica à anterior ao 25 de Abril.

guardar interesses que nos são alheios. Tal como elas disseram, só uma política que vá de encontro às realidades de Abril, pode resolver os problemas prementes que aqui foram levantados.

ENCONTRO DE SINDICALISTAS

Plenário Nacional da CGTP-IN

No início da sessão dos trabalhos foi aprovado por unanimidade o pedido de filiação na CGTP-IN dos Sindicatos dos Trabalhadores da Agricultura do Distrito de Leiria, Pescadores de Vila do Conde, dos Trabalhadores das Indústrias Alimentares de Hidratos de Carbono do Sul.

No que respeita ao primeiro ponto da ordem de trabalhos sobressaíram dois aspectos importantes da acção da CGTP-IN que respeitam ao orçamento para o primeiro trimestre de 1980 (até ao III Congresso):

1. Pôr à disposição das organizações intermédias meios financeiros para a sua melhor acção sindical.
2. Racionalizar os custos no sentido de se conseguirem disponibilidades financeiras canalizando-as para a acção sindical. No que respeita à racionalização dos custos salientou-se o facto desta já estar em marcha assim como a boa receptividade dos sindicatos a tal política.

Segurança Social

Quanto ao 2.º ponto da OT, o plenário reivindicou o direito constitucional de participação do Movimento Sindical na gestão da Previdência, tendo manifestado mais uma vez o seu desacordo face às disposições do Decreto-Lei 549/77, que cria os Centros Regionais de Segurança Social e cuja aplicação prática, recente, com a tomada de posse das primeiras Comissões Instaladoras de Centros Regionais, vem confirmar as preocupações entretanto demonstradas pelo Movimento Sindical, quanto ao afastamento dos trabalhadores da gestão dos referidos centros.

O Secretariado Nacional da CGTP-IN e as várias organizações

Nos termos dos estatutos da CGTP-IN, reuniu no dia 27 de Dezembro de 1979 pelas 10 horas no Teatro Vasco Santana, em Lisboa, o plenário nacional da CGTP-IN aberto a todos os sindicatos, com a presença de 150 organizações sindicais, representando cerca de 1.500.000 trabalhadores 9 dos sindicatos presentes não estão filiados na CGTP-IN.

O plenário debruçou-se sobre quatro questões fundamentais que constituiram a sua ordem de trabalhos:

1. Deliberar sobre a proposta de orçamento para 1980
2. Participação do movimento sindical na gestão da segurança social - comissões instaladoras dos centros regionais de segurança social
3. Situação político-sindical
4. Informações

sindicais intervenientes no debate deste ponto, mostraram-se determinados a fazer repór a legalidade constitucional quanto à matéria em causa, a defender integralmente os direitos e interesses dos trabalhadores, tendo o plenário aprovado uma resolução onde se delibera nomeadamente:

1.º - Exigir dos órgãos de soberania o respeito absoluto dos direitos e conquistas, nomeadamente a sua participação na gestão e controlo, através dos seus representantes, das instituições de Previdência e segurança social, constitucionalmente consagradas.

2.º - Promover todas as acções nm plano legal e constitucional para que sejam respeitados os princípios constitucionais de participação dos trabalhadores na gestão da segurança social.

3.º - Reivindicar medidas ade-

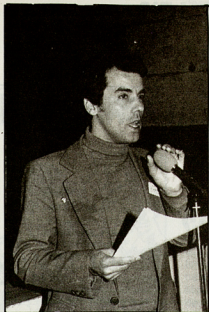
quadas à institucionalização de um sistema de segurança social unificado e descentralizado, conforme o disposto no art.º 63 da CR.

4.º - Promover ampla campanha de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores com vista a serem postas na prática as resoluções deliberadas sobre a matéria no presente plenário e desenvolver as formas de luta necessárias para que sejam respeitados os direitos dos trabalhadores.

Situação Sindical

Do 3.º ponto da ordem de trabalhos constava a discussão da situação político-sindical, momento do Plenário aguardado com natural interesse por todos os delegados levando em conta a situação complexa que se apresenta aos trabalhadores em vésperas de entrada em funções do Governo reaccionário da «AD». Pela importância da matéria transcrevemos na íntegra o documento con-





cluído aprovado pelos delegados, reflectindo assim o ponto da situação político-sindical feito pelo Plenário da CGTP-IN.

O Plenário Nacional da CGTP-IN, com a participação de 150 organizações sindicais, representativas de 1 500 000 trabalhadores, realizado em 27 de Dezembro de 1979 analisou a situação decorrente das eleições intercalares e autárquicas e as suas incidências sobre os trabalhadores e o Movimento Sindical. O Plenário Nacional da CGTP-IN concluiu nomeadamente:

1 — A maioria do Povo Português demonstrou manter vivo o espírito do 25 de Abril e a confiança no regime democrático e rejeitou o projecto político das forças reacçãoárias e do grande capital. Contudo estas acabaram por conseguir uma maioria de lugares na Assembleia da República que lhes permite formar Governo, facto que não pode ser menosprezado.

2 — Esta situação contraditória, a par da vigência limitada e transitória do próximo Governo, marcam, em si mesmo, os limites estreitos por se deve reger a sua acção. A partir do aparelho de Estado, as forças reacçãoárias procurarão de-

senvolver novos ataques e aproveitar para os seus intentos revanchistas as leis contrárias aos interesses dos trabalhadores já aprovadas.

3 — O processo eleitoral demonstrou, ainda mais claramente, os serviços prestados ao grande patronato pela chamada «UGT», que, no âmbito das suas manobras de diversão, procurou criar ilusões aos trabalhadores sobre a natureza de classe dum poder controlado pela chamada AD. Na prática, actuou de forma a dar credibilidade às forças reacçãoárias coligadas, cujo programa foi considerado compatível com o programa da chamada «UGT» pelo seu presidente na altura candidato da coligação reacçãoária.

4 — O programa e as intenções já reveladas pelos próximos governantes não são de molde a aludir os trabalhadores. A direita alcandorada no poder vai desenvolver uma política antioperária e antinacional; irá desenvolver uma actividade desestabilizadora; irá desferir ataques sucessivos ao regime democrático consa-

suas conquistas e garantia da melhoria das suas condições de vida. A unidade nas condições actuais tem novas possibilidades e há que aproveitá-las audaciosamente na preparação do Congresso.

O desenvolvimento da luta de massas pela melhoria do nível de vida, das condições de trabalho, do poder de compra, na qual a luta pela contração colectiva tem um papel de relevo, é uma frente de importância fundamental na luta sindical.

O reforço da organização em geral e em particular da informação e propaganda constituem as tarefas imediatas que os dirigentes e activistas sindicais irão desenvolver no sentido de preparar as condições necessárias ao reforço da luta dos trabalhadores na defesa dos seus interesses de classe.

8 — A CGTP-IN continuará a desenvolver toda a sua acção pela aplicação dos princípios e posições de classe do Movimento Sindical:

— na defesa do regime democrático consagrado na Constituição;



grado na Constituição e tentar preparar as condições para se perpetuar no poder.

5 — As tentativas de medidas demagógicas que o próximo Governo possa vir a propagandar e desenvolver estão condicionadas pelos interesses de classe que representa e chocam-se com a realidade existente no plano economico-financeiro e com a realidade social de que o movimento operário e sindical é parte integrante. A coligação patronal está efervescientemente interessada em destruir as potencialidades do desenvolvimento economico virada para a satisfação das necessidades básicas da população e entregar de novo o país ao poder dos monopólios e dos latifundiários que o conduziram para a cauda da Europa.

6 — A luta dos trabalhadores e do seu Movimento Sindical desenvolve-se agora em condições mais difíceis mas simultaneamente mais claras. O prosseguimento da política contrário aos interesses dos trabalhadores, encontrará pela frente a unidade reforçada de todos os trabalhadores, interessados em barrar o caminho às forças da reacção e do passado.

7 — Cabe ao Movimento Sindical um papel de primeiro plano na defesa dos interesses dos trabalhadores, incluindo a defesa do regime democrático e constitucional.

O III Congresso da CGTP-IN vai constituir uma poderosa jornada de unidade e reforço de organização. E um Congresso aberto a todos os sindicatos, que estão interessados em reforçar o poderoso movimento dos trabalhadores, baluarte das

— na defesa das conquistas da Revolução, designadamente, nacionalizações, Reforma Agrária e direitos dos trabalhadores;

— Na defesa intransigente das condições de vida e dos interesses de todos os trabalhadores sem discriminação;

— No combate ao divisionismo de que são factores fundamentais; o respeito esmerado pela democracia sindical, numa prática que corresponda à vontade dos trabalhadores e dê resposta aos seus problemas concretos; o debate constante que promova a melhoria da formação ideológica de todos os dirigentes e activistas sindicais, como forma eficaz de pôr cobro a eventuais manifestações de sectarismo, elitismo e obrerismo, assegurando com redobrado êxito o reforço da unidade de todos os trabalhadores e do seu Movimento Sindical.

9 — Apesar dos inegáveis perigos resultantes das alterações políticas verificadas com as eleições o Movimento Sindical, reunido em torno da CGTP-IN, mantém e desenvolve as grandes potencialidades que fazem dele um poderoso instrumento de luta de massas na defesa dos interesses dos trabalhadores.

A CGTP-IN fiel aos seus princípios de classe, mantém a sua determinação de continuar a luta pela defesa do regime democrático, das conquistas da Revolução e dos direitos e interesses dos trabalhadores e reafirma a sua total confiança na capacidade de luta dos trabalhadores para atingir estes objectivos.



PARA QUANDO A APLICAÇÃO DA LEI?

Manifesto dos trabalhadores amnistiados da RDP e RTP

1. As CA's da RTP e da RDP resistem ao cumprimento da Lei da Amnistia

Mais de um mês passado sobre a publicação da Lei da Amnistia, que extingue todas as sanções criminais e disciplinares de natureza política, os 36 trabalhadores despedidos da RTP e da RDP na sequência dos acontecimentos de 25 de Novembro de 1975 continuam sem saber se as Comissões Administrativas das Empresas Públicas de Rádio e Televisão estão ou não dispostas a cumprir a Lei.

Neste momento, tudo indica que um caso que se arrasta há quatro anos e que a promulgação da Lei 74/79 de 23 de Novembro de 1979 devia ter encerrado definitivamente, continuará a arrastar-se por 1980, devido a uma estranha incapacidade por parte de administradores de duas grandes Empresas Públicas em assumirem responsabilidades que exclusivamente lhes cabem, dando cumprimento a uma lei da Assembleia da República.

Estamos, assim, colocados perante um caso flagrante de resistência ao cumprimento da Lei, de desprezo pelos direitos de trabalhadores injustamente afastados dos

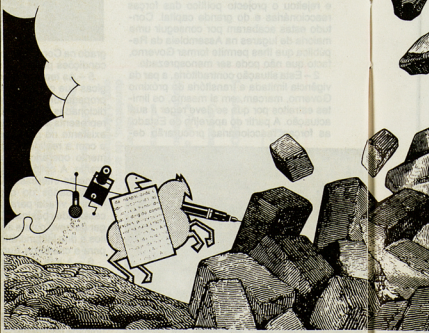
seus postos de trabalho, de vontade aparente em prolongar uma situação que, independentemente das circunstâncias que a originaram, significou uma verdadeira condenação à morte profissional para 36 trabalhadores da Comunicação Social.

2. Que esperam os responsáveis para falar claro?

As diligências feitas pelos trabalhadores amnistiados para reocuparem os seus postos de trabalho constituem, ao fim destas quatro semanas, um conjunto de peripécias difíceis de conceber num país em luta pela consolidação do regime democrático.

No dia 26 de Novembro passado, primeiro dia útil depois da data da publicação da Lei 74/79, os trabalhadores apresentaram-se nas respectivas empresas. Foi-lhes, então, afirmado que «dentro em breve» receberiam em casa uma comunicação, uma vez que, nessa mesma altura, aos presidentes das duas Comissões Administrativas, a fim de terem, pelo menos, uma indicação segura quanto ao destino que lhes era reservado. O presidente da CA da RDP acedeu a marcar uma audiência para ontem, 27 de

DIREITO AO TRABALHO PARA QUANDO?



Dezembro. Quanto a João Soares Louro, limitou-se a comunicar que a sua agenda se encontrava «sobrecarregada», o que, aliás, se continua a verificar...

Os delegados sindicais da RTP e a Comissão de Trabalhadores da RDP de-

envolveram, entretanto, os seus próprios esforços para clarificar a situação: no caso da Televisão, sem qualquer êxito; no caso da Rádio, conseguindo da CA a garantia da existência de «vontade política» para resolver o problema e da intenção de cumprir «escri-

pu-
me-
dad-
rec-
Jor-
N-
21,
sala-
que-
balt

LHO



desde Novembro tinham direito. Mas, na tesouraria de S. Domingos à Lapa, após momentos de confusão, os amnistiados foram informados pelo responsável de que «não tinha instruções» e enviados para o Director de Pessoal. Recebidos pelo subdirector, dr. Marinho de Castro, foi-lhe dito que o processo estava «nas mãos da Administração» e que ele nada sabia. A desorientação que reina naquela empresa é de tal ordem que, ao ser-lhe pedido um simples documento comprovativo de que os trabalhadores não tinham recebido os ordenados no dia próprio, o dr. Marinho de Castro respondeu que só na segunda-feira o podia passar. Mas, na segunda-feira embora — segundo disse a um delegado sindical — já o tivesse começado, pediu que passassem por lá na quarta. Na quarta-feira, estava «quase pronto» e, na quinta, ou seja, ontem só não foi entregue — justificou — porque faltava a assinatura... Neste momento a Lei ainda está «em estudo».

Passadas duas semanas sem qualquer resposta, os trabalhadores decidiram pedir audiências, sabemos, finalmente, que a Direcção de Pessoal da RTP não está na disposição de passar o referido documento.

3. O mistério adensado

Se o silêncio da CA da RTP justificou, desde o início, as maiores apreensões quanto ao seu comportamento, já as garantias dadas pelos responsáveis da Radiodifusão tornavam legítimo pensar-se que os trabalhadores da RDP abrangidos pela Amnistia não teriam muito que esperar.

A audiência ontem concedida pelo presidente daquela empresa veio, no entanto, suscitar novas dúvidas. Num recuo, aliás confessado, relativamente a posições anteriores, o eng. Amílcar Martins não deu qualquer garantia de que a lei seria totalmente respeitada. Os processos, segundo disse, «continuam em estudo».

Num espaço de cerca de

uma semana, o «escrupuloso cumprimento da Lei» parece ter deparado com súbitas dificuldades, de resto não esclarecidas.

Que forças misteriosas levantam obstáculos às boas intenções da CA da RDP e forçam ao silêncio a da RTP? Quem pretende impedir o restabelecimento da normalidade democrática? Onde estão a independência e a autonomia das Empresas Públicas de Rádio e de Televisão, agora incapazes de assumir a responsabilidade do cumprimento da Lei? Eis três perguntas que forçosamente têm de ser postas, mas que, nas presentes circunstâncias, não são as únicas, nem talvez as mais graves.

4. Perseguição de natureza política?

Sem pretender historiar todo o processo que levou ao despedimento dos 36 trabalhadores envolvidos, é importante

recordar algumas das recomendações feitas em 1977 pelo Provedor de Justiça, a propósito dos processos elaborados pela RTP, que teve oportunidade de consultar (a totalidade dos processos nunca lhe foi facultada, apesar de pedido expresso à Secretaria de Estado da Comunicação Social). Num documento em que recomendava a reabertura dos processos, o Provedor de Justiça afirmava, entre outras coisas, que os mesmos apresentavam «graves vícios no tocante à perfeição da instrução, designadamente no que concerne à individualização das condutas imputáveis a cada arguido; formulação das notas de culpa, no que respeita à necessária concretização dos factos nelas constantes e indicação das normas violadas; medidas das punições aplicadas». Mas, há mais: o Provedor de Justiça considerou que «os factos imputados aos arguidos não seriam suficientemente graves para provocar a ruptura do vínculo jurídico-laboral», que «o Inquiridor terá indeferido requerimento dos arguidos para realização de determinadas diligências probatórias, designadamente,

reinqüirições e acaresações» e que «não teriam sido devidamente ponderados os argumentos dos arguidos, apenas se atendendo às acusações produzidas pela RTP».

Em relação aos despedimentos verificados na RDP, foram apresentados ao Provedor de Justiça os casos em que esses despedimentos se deram logo após os acontecimentos de 25 de Novembro, sem que os despedidos tivessem sido alvo de qualquer processo disciplinar. O Provedor de Justiça, considerando a situação daí decorrente como «de ilegalidade e injustiça», dirigiu à CA da RDP, por três vezes, recomendações no sentido da reintegração dos trabalhadores em questão na RDP-EP, isto muito antes da aprovação e promulgação da Lei 74/79.

5. A luta continuará

Se estes passos de pareceres emitidos em 1977 pelo Provedor de Justiça são aqui citados é somente para mostrar como são legítimos os receios de que, dois anos depois, com a Lei da Amnistia já publicada, os trabalhadores despedidos continuam a ser alvo de um procedimento que não pode deixar de fazer lembrar méritos como as famigeradas «interdições profissionais», ou outros meios de discriminação e perseguição políticas que a Constituição da República expressamente proíbe e que só podem merecer o repúdio de todos os democratas portugueses.

Os trabalhadores da RTP e da RDP abrangidos pela Lei da Amnistia continuarão a bater-se pelo cumprimento da Lei, pela reintegração nas empresas com a devida recolocação nos seus antigos postos de trabalho. Conscientes do apoio que lhes tem sido dado pelos seus camaradas de trabalho e por todos os trabalhadores da Comunicação Social, estão dispostos a apresentar o seu caso junto dos órgãos de soberania e a fazer um apelo para a solidariedade das organizações internacionais do seu sector.



Os diversos objectivos pedagógicos

Continuação do n.º anterior

Tendo em conta o carácter da educação sindical, que é uma educação teórica ligada à acção sindical e que visa objectivos desta, impõe-se uma progressão pelo facto de, regra geral, não se poder aceder imediatamente a um ensino superior. É preciso progredir por etapas, pois este ensino está estreitamente ligado à prática sindical e deve reenviar à prática. Estas etapas, estes níveis, constituem os diferentes escalões de ensino.

A Federação Sindical Mundial decidiu estabelecer três níveis de ensino. Actualmente, o seu departamento de educação trabalha na elaboração de programas-tipo que constituirão o tronco comum para cada escalão de ensino: nível elementar, médio e superior.

2) Outro tipo de necessidade a satisfazer: o conhecimento das regras gerais, ou, mais exactamente, os princípios de organização e de funcionamento da organização sindical. Este trabalho é, antes de tudo, um trabalho colectivo de militantes mas comporta ao mesmo tempo responsabilidades particulares e individuais. É para responder a estas necessidades de conhecimentos particulares

que devem intervir as formações sindicais especializadas ou específicas que são complementares da formação sindical fundamental. Os objectivos pedagógicos concretos desta formação são dar aos militantes o saber a partir de um estudo teórico e dos meios práticos e técnicos da aplicação dos seus conhecimen-

tos. Neste sentido, não se trata de uma formação especializada ou específica, mas de várias formações, cada uma delas respondendo a uma formação precisa, a uma responsabilidade particular como a educação, a propaganda, a organização, as questões sociais, a higiene e a segurança no trabalho, os jovens,

as mulheres, os quadros, o papel dos eleitos sindicais nas diversas instituições do trabalho, nas empresas, etc.

Estas formações comportam igualmente níveis de ensino designadamente médio e superior por considerar que elas dizem respeito aos responsáveis sindicais: elas são dispensadas a militantes que já tenham seguido um nível médio da formação sindical fundamental.

3) Terceiro tipo de necessidades, a que se refere a utilização de certas técnicas na actividade sindical. Sem com isso pretender possuir o manejamento completo, é todavia necessário ter a compreensão geral delas, quanto mais não seja para integrar estas técnicas nos objectivos e nas necessidades de um sindicalismo da nossa época. São estágios de formação para os problemas da comunicação, do audiovisual, da imprensa, etc... Mas nenhum conhecimento deve paralisar, cada um deles exige a actualização.

4) Quarto tipo de necessidades. Trata-se do último de que nos ocuparemos neste estudo.

Ser um militante sindical na nossa época é antes de tudo estar à escuta do seu tempo. e

O MOVIMENTO SINDICAL MUNDIAL



REVISTA DA F.S.M.

NESTE NÚMERO

- A miséria americana
- Os estudantes e a classe operária
- As estacionais da farmácia



«Os diversos objectivos pedagógicos» publicado na revista da F.S.M.

lutar para fazer avançar a História em comum pela acção diária para defender reivindicações, lutar por objectivos fixados pelas instâncias sindicais. Mas esta luta, num Mundo em constante transformação, um Mundo que, de decénio em decénio, faz com que os homens, e particularmente os que estão confrontados com as realidades sociais, económicas e políticas, se encontrem num universo físico, intelectual e moral que apresenta transformações radicais de uma tal amplitude que as interpretações anteriores não chegam para as explicar.

Este Mundo que se transforma rapidamente conduz a uma ultrapassagem intelectual dos que se descuidam e não pensam no Universo como ele é, como se torna como será sobre todos os planos. Se não é feito este esforço, o militante é ultrapassado, o seu espírito, o seu saber encontram-se atrás em relação à evolução da sociedade, ao ritmo cada vez mais rápido destas mudanças. Pode mesmo, sem o querer, tornar-se um freio para a evolução.

O sindicalismo revolucionário democrático, de massas e de classe, tal como é vivido pela FSM, é obrigado a inventar, nos limites das competências que são suas como movimento sindical de massas, em todos os aspectos políticos, económicos, sociais e culturais. Só o poderá fazer com competência e eficácia se dispuser de militantes responsáveis e eficazes em quantidade cada vez maior e a todos os níveis, militantes que possam cumprir tarefas correspondentes às suas responsabilidades e isso com a autoridade e as capacidades re-



queridas. Mas nem a função, nem as responsabilidades dão o saber, só uma educação permanente pode trazer os conhecimentos indispensáveis.

O objectivo pedagógico desta acção educativa é a actualização contínua dos conhecimentos, a começar pelos militantes mais responsáveis.

Com certeza, esta actualização, este enriquecimento permanente faz-se primeiro na participação regular na vida da organização, através dos seus congressos, das suas reuniões das suas assembleias.

A vida sindical é em si própria formadora, ela é a primeira escola do sindicalismo. A imprensa sindical também é um factor de educação. Mas em razão da complexidade dos problemas, é necessário segundo o nível de responsabilidade dos nossos militantes, pensar em acções específicas para uma actualização dos conhecimentos.

Muitas centrais sindicais, por meio da sua escola superior ou do seu instituto, empreenderam este trabalho de educação. É o caso dos países socialistas e de algumas centrais de países capitalistas e do Terceiro Mundo.

Para concluir, poderíamos avançar a ideia

de que não existe uma formação, mas formações que respondem todas a objectivos pedagógicos particulares e que reflectem a diversidade das necessidades dos militantes.

Não deverá dizer-se que, para cobrir todas as necessidades de conhecimentos do movimento sindical, a sua educação deverá ser heterogénea? Porém, além da sua diversidade, a acção educativa reveste traços comuns.

Primeiro pelos seus objectivos que são, antes de tudo, os de responder às necessidades da organização e dos seus militantes motivados por essa vontade de se educar para servir melhor. Estes objectivos pedagógicos da educação sindical são tão vastos e variados como as necessidades que resultam da actividade sindical nos nossos dias. Um dos factores essenciais do êxito da finalização destes objectivos é o agarrar pelo movimento sindical da formação dos seus quadros, na base dos seus princípios, tendo em conta objectivos que lhe são próprios. E isso com as suas próprias formações, que saberão ligar a teoria à prática sindical.

Esta dimensão importante da actividade sindical que é a formação

de educadores sindicais deve ser uma preocupação permanente das organizações sindicais dos países que não dispõem das mesmas possibilidades, dos mesmos direitos e meios que as centrais nacionais dos países onde os trabalhadores constituíram o poder.

Esta necessidade, para o movimento sindical, de tomar nas suas mãos a formação dos seus quadros, não significa que se deve fechar num "ghetto", cortado do mundo exterior.

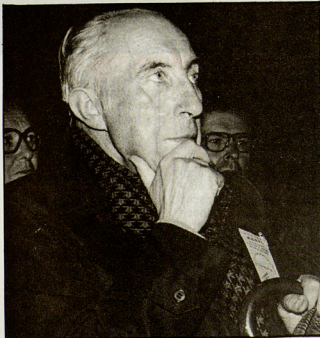
Não é propósito deste artigo analisar as relações que se estabeleceram entre certas centrais sindicais nacionais e universidades para a formação dos militantes sindicais, mas somente sublinhar o que nos parece ser um dos princípios essenciais de uma tal colaboração. É que, em todos os casos, é necessário que a organização sindical faça por preservar o carácter sindical deste ensino e isto no respeito dos princípios e dos objectivos da organização. É ela que deve decidir o programa e o seu conteúdo, participar na direcção destas acções educativas que só podem, no nosso entender, ser consideradas como complementares dos outros tipos de formação.

O MURPI REFORÇA A ACTIVIDADE ORGANIZATIVA

O crescimento alcançado pelo MURPI no decurso do ano findo veio colocar tarefas de carácter organizativo que, sob todos os aspectos, devem ser consideradas como prementes.

Põem-se questões de consolidação das organizações no MURPI a um nível de prioridade para acompanhar a evolução política do País e poderem ser dadas as respostas mais indicadas em consequência do agravamento da situação económica através de acções reivindicativas que levem à concretização dos objectivos dos reformados, pensionistas e idosos na sua luta por uma verdadeira justiça social e pelo direito a um fim de vida com um mínimo de dignidade.

Numa análise breve ao crescimento das organizações aderentes ao MURPI durante o ano de 1979, consideram os responsáveis do movimento, de uma forma geral, que a expansão conseguida só o foi em sectores, locais e zonas onde já existia uma base de dinamização, como seja a da existência de outras organizações, cujos contactos estavam previamente assegurados, ou, pelo menos, facilitados, ou que a acção desenvolvida por alguns activistas tinham despertado o interesse pela organização em determinados grupos de reformados predispostos para a luta, ou, ainda, que a expansão conseguida, nalguns locais, o foi através do entusiasmo despertado pelo conhecimento da existência de organizações semelhantes noutras



localidades próximas ou distantes.

Vista a questão pelo prisma do facto materializado, não lhe retiram o valor efectivo de realização concreta, nem consideram que os processos seguidos, ou as vias utilizadas para a sua materialização, tenham sido incorrectos.

Apesar de todo o bom trabalho de crescimento do MURPI, em muitos casos, as novas organizações criadas têm ficado dependentes de ligações mal asseguradas, sem que os responsáveis das novas organizações dispunham da necessária orientação para se manterem com vida própria, activas e apetrechadas para o prosseguimento da sua existência independente.

As tarefas que se colocam às organizações de reformados, pensionistas e idosos para a sua própria consolidação, têm que basear-se na noção de que o trabalho organizativo é a fonte de toda a acção, o eixo de qualquer movimento unitário e, muito especial do MURPI, dadas as características socioeconómicas, sociopolíticas e socioculturais dos seus componentes, ou seja, dos reformados, pensionistas e idosos portugueses que sofreram meio século de fascismo com toda a contextura das suas consequências, e cujas sequelas se têm mantido apesar dos últimos quase seis anos de vida democrática.

A Coordenadora Nacional do MURPI tomou, recentemente, decisões com vista à adopção de medidas e práticas de trabalho

que permitam romper o autobloqueamento de algumas organizações caracterizado particularmente pelo espírito de grupo que domina a actividade e a própria existência de algumas comissões de freguesia e de sindicato e, num grau mais amplo e com consequências mais graves, de algumas associações e uniões.

O desbloqueamento, nestes casos, tem que começar pela recolha de dados objectivos e concretos das carências efectivas dos idosos, inválidos e viúvas, tomadas individualmente e em conjunto, nas próprias localidades onde as organizações de reformados estão constituídas. E com esse material, com o conhecimento tão completo quanto possível de tais carências, que as comissões de freguesia e as outras organizações de reformados poderão desenvolver uma actividade que venha a ter interesse para aqueles que se mantêm alheios à luta organizada. Agitando acções na base de tais carências, interessando nelas as organizações populares de base e as populações locais em geral, e transportando-as para o âmbito das reuniões privadas e públicas das autarquias. Fazendo dessas carências e da necessidade de as vencer e ultrapassar, o pólo da sua actividade, conseguindo realizar um trabalho positivo e desbloquear o caminho para despertar o interesse dos idosos, inválidos e viúvas das respectivas localidades para a luta organizada e para a sua participação nessa luta.

Seminário Sindical Nacional de Segurança Social

O Seminário que funcionará em três secções e cujas conclusões serão apresentadas em reunião plenária e onde serão analisadas as seguintes questões:

I - Análise da participação do Movimento Sindical na gestão directa das Instituições de Previdência/Segurança Social, apuramento dos resultados e medidas a tomar.

II - Levantamento da actual situação financeira da Segurança Social, suas causas, consequências e medidas que se impõem a curto, médio e longo prazo.

III - Discussão dum caderno reivindicativo da Segurança Social que corresponda a uma melhoria mínima da qualidade de vida.

Uma das conquistas que o 25 de Abril possibilitou aos trabalhadores portugueses, foi a da participação efectiva na gestão das Caixas de Previdência, controlando a partir de então de forma mais directa os dinheiros descontados para a Previdência, sempre com o objectivo de melhorar a prestação dos benefícios sociais e pressionar o aparecimento de um novo sistema de Segurança Social.

O Secretariado Nacional da CGTP-IN leva a efeito a realização de um Seminário Sindical Nacional de Segurança Social em que se analisará a problemática da Segurança Social.

A participação do M.S. na gestão das Instituições de Segurança Social foi no entanto posta em causa quando da aprovação da

chamada «Lei Orgânica da Segurança Social» o D.L. 549/77, lei extraordinariamente vaga e imprevista «completamente omissa

nas questões fundamentais».

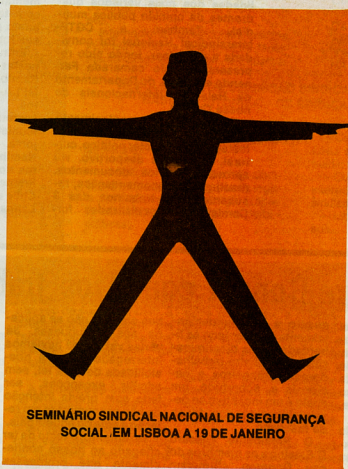
É à sombra deste D.L., da sua aplicação à margem do espírito e letra da Constituição, que sectores do MAS procuram afectar o Movimento Sindical da Gestão das Instituições de Segurança Social.

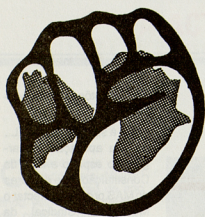
É portanto num período extraordinariamente importante para os trabalhadores, no que diz respeito à capacidade de intervenção organizada neste campo, que se vai realizar o Seminário Sindical Nacional da Segurança Social.

Da mobilização, esclarecimento e discussão em torno das questões de Segurança Social.

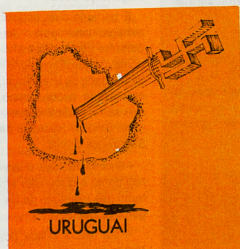
Da leitura crítica dos textos de apoio e das propostas e sugestões enviadas.

Da capacidade de intervenção aos vários níveis da estrutura sindical irão depender, a riqueza das Conclusões do Seminário Sindical, o dimensionamento e as prioridades que esta frente impõe que deverão ser consideradas no próximo Congresso da CGTP-IN aberto a todos os Sindicatos, bem como no programa de acção que ali vier a ser aprovado.





A CGTP-IN nas Jornadas Afro-Latino-Americanas Luanda—15 a 19/Dez./79



Realizaram-se, de 15 a 19 de Dezembro último, em Luanda, capital da República Popular de Angola, as Jornadas Afro-Latino Americanas, contra o racismo, o «apartheid» na África Austral e o fascismo no Uruguai e em outros países da América Latina.

Esta grande realização contou a presença de 37 organizações de vários países, 11 organizações internacionais e diversas personalidades dos mais variados quadrantes da opinião pública mundial. Também a CGTP-Intersindical Nacional foi convidada a participar, tendo sido representada pelo camarada Fernando Maurício, do Departamento de Relações Internacionais da nossa Central.

Este importante acontecimento que compreendeu inúmeras manifestações de carácter político, cultural, artístico e desportivo, viu aprovados vários documentos, resoluções e recomendações, resultantes dos trabalhos das 3 Comissões Especializadas for-

madas no âmbito das Jornadas: A Comissão Política, a Comissão Sindical e a Comissão Juvenil.

Os delegados aprovaram ainda, por unanimidade e aclamação, o documento político de acção, que ficou conhecido como «A Declaração de Luanda», onde os participantes nestas jornadas «convocam todas as forças democráticas e amantes da paz no Mundo, com o objectivo de intensificarem e aumentarem a solidariedade para com todos os povos que ainda lutam pela sua libertação e pela sua total independência.»

Entre outros, usaram da palavra nestas jornadas, o presidente da República Popular de Angola, e do MPLA-PT, José Eduardo dos Santos, Rodney Arismendi, secretário-geral do Partido Comunista do Uruguai e Sam Nujoma, presidente da SWAPO da Namíbia, bem como representantes do ANC da África do Sul, da Frente Patriótica do Zimbábue, do Chile e doutros países da América Latina.

A Lei Barre-Bonnet contra os trabalhadores

A aprovação da Lei Barre-Bonnet pelo parlamento francês veio provar que as preocupações de que ainda recentemente nós fizemos eco quanto ao alcance desta lei Inique, não eram infundadas.

Integrada no plano do Governo Francês, para expulsão de trabalhadores imigrantes, esta Lei é

quanto a nós fundamentalmente um atentado às liberdades, uma discriminação injusta entre trabalhadores estrangeiros e nacionais e, sobretudo, um apelo e um incentivo ao desenvolvimento dos focos de fascismo.

O Presidente Giscard D'Estaing e os membros do seu Governo afirmaram

que esta Lei não se aplicaria aos portugueses. Já várias vezes nos havíamos interrogado sobre a possibilidade de uma lei, sem admitir excepções, ser feita com prévia intenção de não ser cumprida em relação a este ou aquele país.

No entanto, o facto de ter chegado ao nosso conhecimento que promessas

idênticas teriam sido feitas às autoridades marroquinas, argelinas e espanholas, reforçou a nossa desconfiança inicial em relação à declaração de intenção do chefe do executivo francês.

A mesma opinião têm as três maiores organizações sindicais francesas, a CGT, CFDT e a FEN que nos pas-

Poemas da prisão

O mundo reduz-se a um prisma de amonição. As vezes viajeiras produzem sensações permissivas: para tomar consciência que o organismo ainda vive. E a hora diminuta, o calado momento, a porção minúscula do dia para o gozo privado chupando a áspera beata que entregou solidário um camarada.

Em frente à prisão algumas vezes vejo um menino passar atrás da vedação é um menino com sardas na testa e lua branca da sua humilde cara e leva um cesto com pastéis para ganhar o pão de cada dia. Saudado sempre olhando-o nos olhos e ele responde-me às vezes com um gesto breve ou um sorriso fraternal e franco.

ALBERTO CARABALLO

Extrato da intervenção da CGTP-IN

Queridos camaradas e amigos

Estamos certos de que a efectivação desta grande jornada de solidariedade, a sua realização na República Popular de Angola, bastião firme da luta anticolonial e anti-imperialista, e as decisões nela tomadas, constituirão mais um passo decisivo para o reforço da luta de libertação nacional dos povos da África Austral contra o colonialismo e o «apartheid» e na luta dos povos da América Latina contra o fascismo e o imperialismo norte-americano.

Da nossa parte, e no nosso país prosseguiremos os esforços tendentes a mobilizar e a consciencializar os trabalhadores portugueses para que sejam levadas a cabo acções de completo desmascaramento e isolamento dos regimes criminosos e ilegais que ainda vigoram na África Austral e na América Latina, reforçando a solidariedade do Movimento Sindical Unitário Português para com os trabalhadores e povos desses países.

Internacionalmente continuaremos incansavelmente, e a nível do Movimento Sindical Mundial, a trabalhar

para que aumentem as acções de solidariedade para com esses trabalhadores e povos, nomeadamente através da participação da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional em Conferências Internacionais, jornadas de solidariedade ou outras acções que exijam, em particular, a imediata libertação de todos os presos políticos e sindicalistas, o fim da repressão e o restabelecimento dos direitos e das liberdades nesses países.

Estamos certos, queridos camaradas, que o avanço universal e imparável das forças progressistas e a unidade crescente dos trabalhadores de todo o mundo anunciam já a derrocada final do capitalismo e do imperialismo e das suas expressões mais brutais: o fascismo, o «apartheid» e o racismo.

AS FORÇAS AMANTES DA PAZ, DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA VENCERÃO
- VIVA A JUSTA LUTA DOS POVOS DA ÁFRICA AUSTRAL E DA AMÉRICA LATINA!
- VIVA A SOLIDARIEDADE INTERNACIONALISTA!

RESOLUÇÕES DA COMISSÃO SINDICAL - «SOLIDARIEDADE, BASE DA VITÓRIA» - OS SINDICALISTAS EXIGEM:

- Abolição imediata do trabalho discriminatório;

- Abolição das actuais leis sindicais e raciais e promulgação da legislação que possibilite a organização dos trabalhadores em bases democráticas;

- Cumprimento das resoluções da ONU sobre o racismo e o «apartheid»;

- Cumprimento das convenções internacionais sobre as liberdades sindicais;

- Libertação dos sindicalistas presos.

sados dias 22 e 23 de Novembro estiveram no nosso país, a convite da CGTP-IN, para discussão deste problema.

As quatro organizações tiveram então a oportunidade de alertar a opinião pública portuguesa para os riscos a que estão sujeitos os emigrantes portugueses.

A CGTP-IN e as referidas organizações, tiveram também ocasião de transmitir ao Secretário de

Estado de Emigração do Governo Português e à Presidência da República através da sua Casa Civil, a preocupação comum, em relação ao futuro dos imigrantes portugueses em França.

A defesa dos interesses de Portugal e, consequentemente, dos nossos emigrantes, justificam que, uma vez mais, seja exigido ao Governo Francês uma posição clara e inequívoca

sobre o verdadeiro alcance desta Lei.

Na perspectiva de acções conjuntas, a diferentes níveis, a CGTP-IN solicitou à CGT, à CFDT e à FEN a criação entre si de um sistema que permita a detecção de eventuais arbitrariedades na aplicação da referida Lei por parte das autoridades francesas.

Não constituindo a emigração, no nosso entender, uma solução para os pro-

blemas socioeconómicos do País, a CGTP-IN continuará no entanto a defender os interesses dos emigrantes portugueses e a lutar por todos os meios ao seu alcance para que o Governo Português estabeleça e ponha em prática uma correcta política de emigração fazendo respeitar os direitos daqueles portugueses, já por si penalizados por terem sido obrigados a abandonar o seu País.

A linguagem artística do filme (5)

No artigo anterior («Alavanca» n.º 30, Novembro) tentámos definir a montagem como a organização sequencial dos planos de um filme de modo a produzir uma determinada significação. O processo de organização da montagem parte sempre de um critério de selecção dos planos. Isto dá-nos uma possibilidade limitada de combinar os planos de um filme de modo a obter diversas significações. Consideremos mais uma vez, o exemplo referido no número anterior e que dizia respeito a um momento de uma partida de futebol em que era feito um golo. Temos um plano de um jogador isolado rematando em direcção à baliza. Um plano seguinte da multidão de espectadores a levantar-se emocionada e rompendo numa aclamação. Finalmente um plano do guarda-redes adversário batido, com a bola alojada nas redes.

Isto é dito de uma forma mais simplificada do que anteriormente, porque o que nos interessa agora é chamar a atenção para o problema da selecção dos planos de modo a produzir a significação na montagem. Vejamos. Na ordem aqui apresentada, quando o espectador vê o plano da multidão a levantar-se e a romper numa ovação ele poderá, por momentos, admitir duas possíveis significações. Ou a multidão aclama o golo resultante do remate do jogador atacante ou a multidão aclama a defesa do guarda-redes. O espectador só perceberá a verdadeira significação do plano quando vir o plano seguinte com o guarda-redes batido. Mas se nós tivéssemos seleccionado o plano da multidão de maneira que ele aparecesse na sequência da cena do golo, depois da visão do plano do guarda-redes ba-

tido, ele só possuiria o significado do aplauso da multidão ao jogador que tinha concretizado o golo. Se o plano da multidão aclamando fosse colocado em primeiro lugar, antes da visão do plano do jogador a correr preparando-se para rematar, ele teria então outro significado. Significaria que a multidão incitava o jogador atacante a realizar o golo.

Cremos que estes exemplos apresentados ainda que muito simples, são suficientes para com-preendêrmos a importân-

cia da selecção e ordenação dos planos na montagem de um filme. Não concluiremos que o mesmo material fílmico pode mudar de significação conforme o lugar que ele ocupar na ordenação sequencial da montagem.

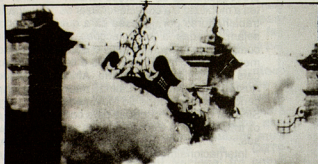
Na História do Cinema, quem primeiro teorizou em profundidade a noção de montagem, foi o genial realizador soviético Eisenstein, isto sem menosprezar a imensa contribuição para a teoria da montagem do seu colega Pudovkin.

Mas é Eisenstein quem se empenha mais apaixonadamente na defesa e teorização das virtudes da montagem. Todo o cinema soviético da época de ouro, após a Revolução, está profundamente marcado por Eisenstein. E actualmente ainda que as concepções de montagem sejam substancialmente diferentes, bem mais «moderadas», o contributo de Eisenstein continua a ser decisivo para a definição estética da arte do filme.

Eisenstein teorizou e ensaiou aquilo a que ele chamou a «montagem de atracções». Procurava Eisenstein nos seus filmes, de acordo com esta teoria, criar no espectador de cinema um estado de «choque», isto é, fazer do espectador o centro da acção, obrigando-o a participar, a intervir intelectualmente e não a assistir passivamente. Diz Eisenstein:

«Em vez da recuperação estética do acontecimento dado, exigido pelo tema e da possibilidade da sua solução unicamente através da acção ligada logicamente com aquele acontecimento, aparece uma nova atitude: a montagem livre, de acções (atracções) escolhidas, independentes (inclusive-mente fora do entrelaçamento narrativo dos personagens), mas com uma orientação precisa para um determinado efeito temático-final. Esta é a montagem de atracções.»

Um exemplo característico desta concepção podemos encontrá-lo no final do filme «A Greve». Eisenstein monta alterna-



Eisenstein. «O Couraçado Potemkin». O despertar do leão simboliza o despertar da consciência do povo para a revolução.



Mário Viegas em D. João VI Prémio para o melhor actor no mesmo festival.

IFIGÉNIA Trágédia de Eurípedes. Prémio Cam Ferrat-79 para o Grupo Grego Teatron Kessarianus Cartenos.

O teatro nos festivais internacionais



damente duas acções distintas: uma é a do abate do gado num matadouro; a outra a do massacre dos operários em greve. A introdução da cena do matadouro, pelo seu efeito de choque, ainda que não se integre na acção do massacre dos grevistas, procura reforçar, em termos ideológicos na mente do espectador, o carácter desumano e injusto da repressão capitalista.

Um outro exemplo famoso, da montagem de atrações, é o da cena final da fuzilaria nas escadarias do Teatro de Odessa, em «Couroação Potemkin». Os marinheiros do couraçado, indignados com a repressão exercida sobre os manifestantes, resolvem responder com os canhões do navio. Vemos então um plano dos portões do Teatro de Odessa voando em pedaços depois de atingidos pelos tiros, seguido de três planos com leões de pedra: 1. um leão adormecido; 2. um leão despertando; 3. um leão de pé rugindo. Estes três leões não pertencem à acção. Mas como exemplo anterior, constituem o reforço ideológico da acção. Simbolizam o despertar da consciência do povo para a Revolução futura.

David Lopes

PELA 3.ª vez deslocámos-nos ao Festival Internacional de Stiges. Este ano a organização do Festival quis torná-lo maior, mais rico, enlém, dar um salto qualitativo, o que, a nosso ver, não se produziu efectivamente e se pode verificar no FITEI.

Um festival de teatro — seja ele qual for — ou é competitivo e então deve deixar «tempo de descanso» ao jorn/público ou é — e isso defendemos — uma mostra de teatro algo vivo, aberto, detado para fora, para um diálogo permanente entre os produtores e os consumidores da obra cultural em questão: É TEATRO.

Um festival deve ser um local vivo de discussão onde os grupos devem falar de si, entre si e entre o público.

Um festival de teatro, deve ser um tempo em que tudo é teatro, neste II FITEI.

Um festival de teatro, além de ser para o público uma mostra do que se faz «por esse mundo fora» e, como os cradadores de cultura estão insendos no seu tempo, na sua cultura, na luta pela emancipação dos povos a que pertencem, um festival, dizíamos nós, deve ser uma permuta de experiências entre os produtores de cultura, entre os trabalhadores de teatro que se dedicam a com o seu trabalho, contribuir para a transformação social a que o progresso e a cultura devem levar aos povos: A SOCIEDADE JUSTA, SOCIALISTA.

Quando isto não acontece, um festival é um lugar morto

onde pode existir bom teatro.

Uma referência para o grupo Grego «Teatron Kessarianus Cartenos» que apresentou a «Ifigénia» de Eurípedes e ganhou o prémio Cau Ferrat 79 para a melhor contribuição artística. O Grupo é constituído por jovens militantes e sindicalistas gregos que agarraram uma tragédia e lhe deram o tratamento de um teatro popular e insendo nas suas raízes culturais, na luta do seu povo pela emancipação. Um bellissimo espectáculo.

Estamos a tentar trazer este grupo a Portugal.

O Grupo Polaco «Teatro Contemporâneo de Wrocław» de Gombrowicz foi para nós uma decepção com a sua «OPERETA».

Não vimos tudo o que se apresentou neste festival. O que vimos de Espanha não merece referência e, o teatro francês presente (Compagnie de Bernard, Ortopa/Pans) apunhalou de morte o sempre vivo, crítico e mordaz Molière.

O Grupo Inglês «The Phantom Captain» apresentou a obra «The Foreign Office». Espectáculo vivo, muito britânico no seu humor, divertiu o público que nele participou activamente andando de secretaria em secretaria em busca do «documento» que lhe permitia a entrada na velha Albion. O público era «recebido» no posto fronteiriço onde um guarda procurava saber se tinha documentação em ordem, contrabando, etc., etc., Depois

seguiu-se o rodópio das secretárias, questionários, uma aula onde eram ministradas lições de inglês, o que os dos «souvenirs», o descansar junto ao eterno emigrante a quem falta sempre mais um documento — atestado — ou não — se — sabe-o-quá — para entrar no país e, é claro tudo isto debaixo do olhar VI-GILANTE de um James Bond

ao Serviço de Sua Magestade contra as ideias subversivas que poderiam eventualmente ser portadoras os que pretendem entrar na ilha governada pela sra. Thatcher. Divertimos muito neste espectáculo.

Portugal esteve pela 3ª vez presente com a cooperativa «A BARRACA» que no ano passado alcançou o prémio Cau Ferrat para a melhor contribuição artística. O espectáculo «D. João VI» de Hélder Costa era assim agardado com enorme expectativa pelo público e pela crítica.

O actor Mário Viegas foi distinguido com a menção do melhor actor e as referências críticas do espectáculo do Grupo Português assim com os números convites para apresentar o seu trabalho a outros festivais atestam a qualidade do teatro praticado por este grupo, pelos grupos de teatro independente em Portugal.

O FITEI é um festival de características diferentes. O FITEI é uma MOSTRA DE TEATRO IBERICO em que não há concursos, prémios. O FITEI é um festival muito bem organizado com qualidade e que, nesta 2ª edição mostrou ter despertado o interesse dos portugueses e ganho o direito de cidadania que merece.

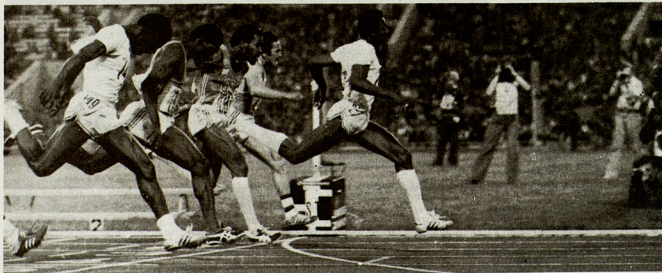
Daqui vai a nossa saudação muito especial para todos aqueles que trabalharam naquele festival com o desejo de que o FITEI 80 seja digno desta edição 79.

M. Marcelino



MOSCOVO — OLIMPIÁDA-80

A alta competição resultante do desporto de massas



Os jogos olímpicos são, desde há longos anos, um importantíssimo acontecimento na vida desportiva Internacional. Além disso, numa perspectiva cultural, desempenham indubitavelmente um papel no fortalecimento da compreensão mútua, na aproximação dos povos do Mundo pela aspiração suprema da paz e do progresso.

Nos recintos das provas reúnem-se milhares de desportistas de todos os continentes, em plena relação de amizade e colaboração pelo ideal supremo de levar mais longe a perfeição humana através do seu desenvolvimento harmónico. Importa recordar que na Acta Final da Conferência de Helsinquia, em 1975, está apontada a necessidade de estimular todo o tipo de competições e encontros desportivos tendo por base as regras, a prática e os preceitos internacionais.

A realização das Olimpíadas - 80 em Moscovo, é, para além duma distin-

ção de alto nível, o reconhecimento do vasto desenvolvimento desportivo soviético face ao movimento olímpico mundial. Mas que significado assume cada representação e os seus êxitos, quanto ao desenvolvimento da cultura física e do desporto nos respectivos países?

Em princípio poder-se-á dizer que o número de atletas competindo sob a mesma bandeira e as suas marcas alcançadas, estão na relação directa com o carácter de massas que o desporto assume a partir da criação de condições e de uma base sólida existente em cada país.

Não é por acaso que, nas sociedades onde a cultura física e o desporto estão claramente definidos como prioridade educacional através de legislação adequada, apoiando grandes manifestações desportivas de massas como as Espartaquiadas e as Universiadas, o número de atletas representativos, com marcas olímpicas, é

cada vez maior, renovando-se e aumentando, ano após ano.

Nos colégios, nas escolas superiores, em aldeias, associações, empresas e organizações de trabalhadores, muitos milhares de praticantes são acompanhados, desde os escalões etários mais baixos, até à terceira idade, por treinadores e professores especializados, dispondo dos necessários equipamentos desportivos que permitem um treino consequente e sistemático.

Em consequência desta organização desportiva, abrangendo um amplo leque socio-profissional de praticantes, verifica-se que o acesso à cultura física e ao desporto não é privilégio de «elites» ou de «bafajados» pela sorte, mas antes de toda uma população que assim se identifica com o fenómeno desportivo, desde o mero exercício de manutenção ou de ocupação de tempos livres ao sofisticado trabalho na alta competição.

Conclui-se assim que desporto de massas/alta competição é uma falsa alternativa.

Nunca poderá haver a segunda, seriamente, em profundidade e não demagógica, sem uma verdadeira democratização da prática desportiva, sem a plena possibilidade de acesso das massas populares. Além disso, a preparação para a alta competição devidamente apoiada pelo Estado, permite o desenvolvimento da investigação científica, funcionando ainda como factor de propaganda da própria prática desportiva.

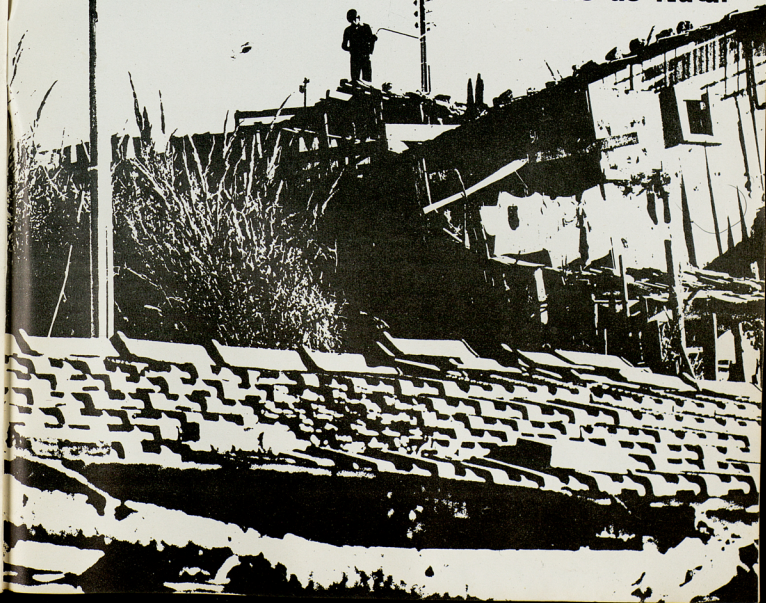
E nesse sentido que a competição olímpica deverá ser encarada como condição de progresso e libertação do homem, ao aprofundar os seus conhecimentos e experiências; procurando aperfeiçoar e superar os limites das suas capacidades.

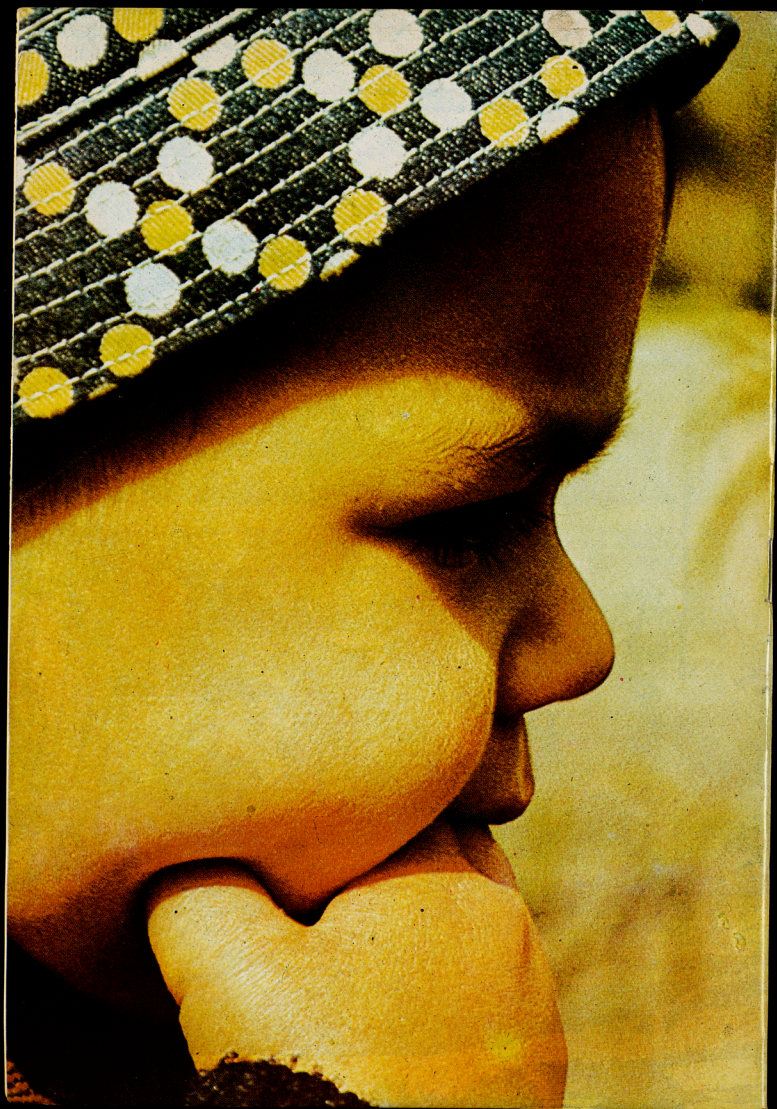
ALVARO ESTEVES

E stou farto de ser pobre
e de viver numa barraca de lata
agora sinto que morro
sinto a morte a chegar
vejo tudo perdido
é permanente este rio
pobre
só
sinto que morro
a morte é fria
mas viver nisto, não.
Estou só.
Fica este poema
para quando me encontrarem
terem vergonha desta miséria.

Vitor Pinho Moreira 8 anos.

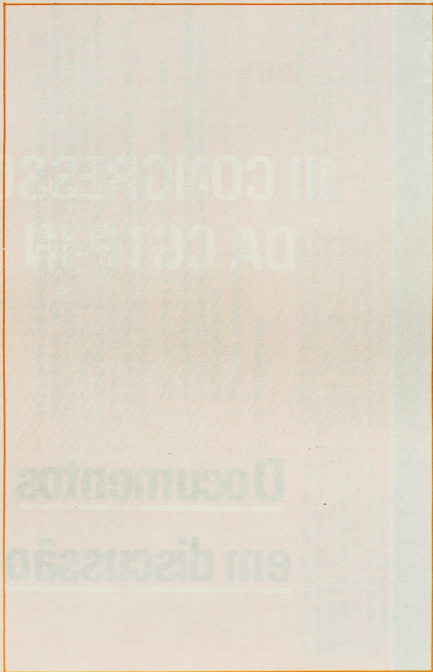
**Fiz também
estes versos
numa noite de Natal**





III CONGRESSO DA CGTP-IN

Documentos
em discussão



Introdução

A 6, 7, 8 e 9 de Março irá realizar-se o III Congresso da CGTP-IN, aberto a todos os sindicatos.

No entanto, o Congresso do Movimento Sindical Português não é apenas o amontoar de horas de aprovação e discussão de documentos no decurso de um determinado espaço de tempo, e, num local determinado.

Embora se trate de uma grande manifestação de luta e alegria para os trabalhadores portugueses aí representados pelos seus delegados, há que tomar os dias do Congresso como o culminar de uma extraordinária acção de massas, de trabalho persistente e abnegado de centenas de milhares de trabalhadores que se dedicaram à sua preparação.

Milhares de reuniões e plenários discutem já os documentos a apresentar ao Congresso, dando-nos uma imagem fiel, não só da consciência de classe e unidade dos trabalhadores como da real democraticidade dos processos de trabalho do Movimento Sindical Unitário. Aliás este Congresso irá demonstrar mais uma vez, com justeza, as principais características do Movimento Sindical, para além do seu espírito unitário e da sua democraticidade.

Irá mais uma vez pôr à prova a sua independência face ao patronato, ao Estado, às confissões religiosas e aos partidos políticos.

Irá mais uma vez demonstrar a sua característica de massas ao reconhecer e defender a liberdade de sindicalização de todos os trabalhadores e a sua participação activa em todas as tarefas e níveis de organização sindical.

Irá demonstrar mais uma vez a sua condição de classe ao reconhecer o papel determinante da luta de classes na evolução histórica da humanidade e ao promover a defesa intransigente dos interesses colectivos da classe trabalhadora na luta pela constituição duma sociedade sem classes.

Centenas de milhares de trabalhadores discutem já calorosamente os documentos base do Congresso.

É com o objectivo de tornarmos públicos alguns deles que incluímos no destacável da revista Alavanca do 1.º mês de 1980, a dois meses do Congresso, parte destes documentos.

Que esta publicação seja mais uma jornada de informação e esclarecimento, é este o nosso objectivo.

PROGRAMA DE ACÇÃO (PROJECTO)

1. DEFESA DO REGIME DEMOCRÁTICO
 - 1.1. Pela Constituição
 - 1.2. Pelas Conquistas da Revolução
 - 1.3. Direitos e Liberdades Fundamentais e Sindicais
2. UNIDADE DOS TRABALHADORES – UNIDADE SINDICAL
3. PELO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO –PELO DIREITO AO TRABALHO
 - 3.1. Contra a política de recessão
 - 3.2. Nova estrutura económica
 - 3.3. Pelo direito ao trabalho
 - 3.4. Emigração
4. DEFESA DAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO
 - 4.1. Contratação colectiva
 - 4.2. Custo de vida e política fiscal
 - 4.3. Segurança Social
 - 4.4. Duração e horário de trabalho
 - 4.5. Saúde
 - 4.6. Higiene e segurança no trabalho
 - 4.7. Habitação
 - 4.8. Transportes
 - 4.9. Tempos Livres, Desporto, Cultura e Turismo Social
 - 4.10. Garantia dos direitos dos trabalhadores
5. POR UM MOVIMENTO SINDICAL UNITÁRIO, DEMOCRÁTICO, INDEPENDENTE DE MASSAS E DE CLASSE
 - 5.1. Organização
 - 5.1.0. Balanço actual
 - 5.1.1. O Sindicato
 - 5.1.1.1. Noção
 - 5.1.1.2. Delegados Sindicais
 - 5.1.1.3. Secção sindical de empresa
 - 5.1.1.4. Comissão Intersindical de empresa
 - 5.1.1.5. Utilização integral dos direitos legais
 - 5.1.1.6. Organização descentralizada
 - 5.1.1.7. Verticalização sindical
 - 5.1.2. A Federação
 - 5.1.3. A União
 - 5.1.4. Os órgãos de associações sindicais e o seu funcionamento
 - 5.1.5. Zonas específicas de organização

- 5.1.5.1. Mulheres trabalhadoras
- 5.1.5.2. Jovens trabalhadores
- 5.1.5.3. Quadros técnicos
- 5.1.5.4. Reforço de sindicalização
- 5.1.5.5. Reformados

- 5.2. Informação e Propaganda
- 5.3. Formação Sindical
- 5.4. Organização administrativa e financeira

6. DIMENSÃO INTERNACIONAL DA NOSSA LUTA E DA NOSSA ACÇÃO

DEFESA DO REGIME DEMOCRATICO

Pela Constituição

A elaboração e o conteúdo da Constituição reflectem os efeitos da luta das massas populares e as consequentes transformações políticas, económicas e sociais por elas operadas.

A Constituição consagra as nacionalizações, a reforma agrária e os direitos dos trabalhadores, considerando-os conquistas irreversíveis, e estabelece a progressiva socialização dos meios de produção e o desenvolvimento de relações de produção socialistas.

A Constituição consagra direitos e garantias fundamentais pelos quais os trabalhadores nunca deixaram, nem deixarão, de se bater tais como: a liberdade de reunião, de manifestação, de associação e de expressão, o direito ao trabalho e à segurança no emprego, o direito à greve e a proibição de «lock-out», o direito a salário igual para trabalho igual.

A Constituição reconhece o papel determinante dos trabalhadores – e das suas organizações de classe – na elaboração da legislação do trabalho, na planificação democrática da economia, na reorganização das unidades produtivas, no controlo de gestão, no sistema de Segurança Social.

Como Lei Fundamental, e correspondendo no essencial aos interesses dos trabalhadores, a Constituição é, também, a base concreta para reforçar a unidade de todos quantos lutam para manter vivo o espírito do 25 de Abril e evitar o regresso do país ao fascismo.

O III Congresso da CGTP-IN proclama que a defesa intransigente da

Constituição e o combate a todas as tentativas da sua revisão ilegal constituem tarefa patriótica do Movimento Sindical a todos os níveis.

Pelas Conquistas da Revolução

As grandes transformações socioeconómicas operadas no decurso do processo revolucionário, nomeadamente as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo de gestão, retiraram das mãos da burguesia monopo-

lista e latifundiária os principais meios de produção e de acumulação, puseram termo à sabotagem económica e criaram as bases indispensáveis ao desenvolvimento económico perspectivado na satisfação das mais sentidas necessidades do povo português.

Entretanto, a política inconsequente dos sucessivos governos desde 1976, a incapacidade em coordenar e planificar o amplo sector público da economia e as tentativas constantes de afastar os trabalhadores e as suas organizações do controlo de gestão, levaram à deterioração constante da situação económica e comprometeram as importantes potencialidades da nova estrutura económica.

Como a CGTP-IN sempre apontou, responsabilmente, a política de recuperação capitalista não consegue, nem minorar, os problemas económicos do país. A presença dos antigos monopolistas e latifundiários na estrutura do poder político, e a utilização, por parte e latifundiários na estrutura do poder político, e a utilização, por parte destes, do aparelho de Estado como base de ataque às conquistas da Revolução, irão agravar, ainda mais a situação económica e social, determinando a agudização de constantes conflitos e comprometendo o desenvolvimento económico e social do país.

A luta pela manutenção das conquistas da Revolução, de que são parte integrante o regime democrático e as liberdades, e condição indispensável à garantia dos direitos dos trabalhadores.

Direitos e Liberdades Fundamentais e Sindicais

Os direitos e as liberdades fundamentais e sindicais adquiridos após o 25 de Abril e consagrados na Constituição, são património inalienável do povo português e dos trabalhadores. Resultam da luta histórica dos explorados do Mundo, e no caso do nosso país, são o resultado imediato da acção heróica dos trabalhadores e de todos os democratas na luta contra o fascismo.

Estes direitos individuais e colectivos representam um enorme saldo positivo da Revolução. São direitos de conteúdo democrático e social avançado que, se não transformam imediata e directamente a situação económica e social dos trabalhadores, criam importantes condições e instrumentos de luta para essa transformação. Em vários casos têm, quer um claro significado antimonopolista, quer uma evidente abertura de perspectivas para uma sociedade socialista.

Os direitos dos trabalhadores – principais destinatários e agentes do projecto de transformação económica e social inscrito na Constituição – são um dos fundamentos do actual regime democrático para cuja salvaguarda e realização plena é determinante a intervenção dos trabalhadores.

Sem subvalorizar qualquer dos múltiplos direitos e liberdades consagrados na Constituição, a CGTP-IN evidencia o direito à greve incluindo a proibição do «lock-out». Só aos trabalhadores compete definir o âmbito de interesses a defender com a sua utilização de tais direitos e liberdades, não permitindo qualquer intromissão do Estado tendente a limitar o seu exercício e lutando por medidas legislativas que obriguem o patronato ao seu cumprimento.

Igualmente a CGTP-IN, grande obreira do nosso país, pela conquista do direito à liberdade sindical.

- luta contra todas as tentativas que visam atacar a autonomia e independência das associações sindicais perante o Estado, partidos políticos e outras organizações;
- luta contra a pulverização sindical;
- luta contra a imposição de formas de organização únicas, ao limitar o exercício efectivo dos direitos de organização e acção sindical nos locais de trabalho e da sua participação nos diversos órgãos e actividades do Estado.

O grande patronato reaccionário (CIP, CCP, CAP) e as transnacionais exigem a destruição dos direitos dos trabalhadores, porque:

- isso se insere na sua ofensiva global contra o regime democrático e constitucional;
- os direitos dos trabalhadores são um obstáculo importante à reconstrução das bases económicas e sociais do poder monopolista que, em Portugal, exige a restauração de condições de exploração dos trabalhadores idênticas às vigentes antes do 25 de Abril.

A CGTP-IN mobilizará incansavelmente os trabalhadores na luta para fazer feente a qualquer ofensiva contra o exercício de todos os direitos e liberdades do Povo português e as conquistas alcançadas ainda que só no plano formal da proclamação legislativa de direitos.

UNIDADE DOS TRABALHADORES

UNIDADE SINDICAL

A CGTP-IN considera a unidades dos trabalhadores e do Movimento Sindical como um princípio que norteia toda a sua actividade a nível nacional e internacional. Tal princípio é condição estratégica fundamental para a completa emancipação dos trabalhadores.

A unidade dos trabalhadores e do Movimento Sindical está intimamente ligada à luta contra o fascismo e à luta pelas grandes conquistas democráticas e profundas transformações sociais operadas com o 25 de Abril e consagradas na Constituição.

As tentativas de dividir os trabalhadores e o Movimento Sindical Português foram sempre apoiadas e financiadas pelo imperialismo e executadas por um conjunto de forças políticas representando interesses sociais contraditórios, mas unidas no desejo de manter o sistema capitalista.

As tentativas divisionistas lançadas e fracassadas, paralelamente à ofensiva patronal e reaccionária que visava limitar e anular o papel de primeiro plano desempenhado pelos trabalhadores e o seu Movimento Sindical na conquista e defesa do regime democrático.

A chamada «UGT», constitui uma nova e diferente tentativa de consagrar a divisão sindical.

Criada fora da dinâmica dos trabalhadores e em resultado de um acordo firmado pelas direcções do PS e do PSD, protegida pelo aparelho de Estado, financiada e projectada pelo imperiapismo, aplaudida pelo patronato, a «UGT» tem como objectivo «combater a Intersindical».

A «UGT» tem um programa «que não é incompatível com o programa da AD», que é a aliança do grande patronato organizado na CIP, CAP e CCP, e que, clara e confessadamente, pretende subverter o regime constitucional.

Os factores que caracterizam a constituição da «UGT» e que definem os seus objectivos determinam não uma organização ao serviço dos interesses mais profundos dos trabalhadores, mas um elemento de diversão e um instrumento objectivo dos seus inimigos de classe.

A procura constante do reforço da unidade tem sido e continuará a ser, uma actividade incansável da CGTP-IN. Esta procura assume uma enorme importância na complexa situação resultante do facto dos seus inimigos de classe, apesar de minoritários, se encontrarem representados directamente no Governo e na Assembleia da República.

A Unidade não se defende ou reforça com compromissos e cedências. A Unidade defende-se no combate contra o divisionismo. A Unidade defende-se na aplicação abnegada e constante dos princípios e posições de classe do Movimento Sindical:

- na defesa do regime democrático consagrado na Constituição;
- na defesa intransigente dos interesses de todos os trabalhadores sem qualquer discriminação;
- no respeito escrupuloso pela democracia sindical e pela vontade dos trabalhadores;
- na luta pela unidade na acção de todos os trabalhadores e de todos os sindicatos filiados ou não na CGTP-IN;
- no combate ao sectarismo, ao elitismo e ao abreirismo.

Na batalha da unidade, o alargamento da força e da influência da CGTP-IN demonstra a justeza no prosseguimento do esforço unitário. Há condições objectivas e subjectivas, para manter no essencial a unidade orgânica do Movimento Sindical e procurar, a todos os níveis da sua estrutura, a convergência de opiniões diversificadas com vista à defesa dos interesses dos trabalhadores.

CADERNO REIVINDICATIVO (PROJECTO)

I - SALÁRIOS, PREÇOS E IMPOSTOS

Os trabalhadores lutam:

- Pela aplicação do princípio para trabalho igual salário igual, pondo fim à discriminação das mulheres e dos jovens.

- Contra a aplicação de quaisquer limites aos aumentos salariais.

- Pela actualização anual dos salários mínimos nacionais, incluindo rurais e domésticas, de acordo com o aumento do custo de vida e através de negociações com o Movimento Sindical.

- Pelo funcionamento efectivo do Conselho Nacional de Rendimentos e Preços.

- Pela melhoria efectiva do poder de compra dos salários, que devem ser revistos de acordo com os aumentos de preços e dos acréscimos de produtividade verificados.

- Pelo alargamento do «Cabaz de Compras» a outros bens e serviços essenciais, nomeadamente, certas qualidades de peixe fresco e refrigerado, carne de produção nacional, frutas sazonais, produtos horticolas, medicamentos de maior necessidade, transportes colectivos, gás electricidade e água.

- Pela racionalização dos circuitos de distribuição e por uma maior intervenção das empresas e serviços públicos respectivos com o objectivo de assegurar o abastecimento, normal evitar a falsificação e especulação e moralizar os circuitos comerciais.

- Pela definição duma política de preços que inclua o controlo «a priori» dos aumentos de preços, a fixação de margens de lucro e a existência de um código de preços.

- Pelo reforço da fiscalização e da capacidade de intervenção dos organismos públicos respectivos, punindo-se com severidade a actividade especulativa e falsificadora.

- Pela participação da CGTP-IN na definição e controlo do índice de preços no consumidor e do «Cabaz de Compras».

- Pelo aumento do limite de isenção no imposto profissional por forma a inserir os rendimentos dos trabalhadores não qualificados.

- Pela diminuição da progressividade das taxas de imposto profissional e adaptação dos escalões de rendimento para efeitos de imposto, tendo em conta a inflação.

- Pela não adição dos rendimentos dos cônjuges para efeitos do imposto complementar e pelo aumento das deduções a fim de não se conceder um tratamento mais gravoso aos agregados familiares.

● Pela rápida implantação do «imposto único» sobre o rendimento, de acordo com estudos em que a CGTP-IN deve participar e no quadro mais geral da reforma fiscal conforme aos preceitos constitucionais.

II – CONTRATAÇÃO COLECTIVA

● Os trabalhadores lutam:

● Pela vigência efectiva dos salários e outras matérias com expressão pecuniária por um período não superior a 12 meses.

● Pela criação e accionamento de mecanismos que permitam abreviar as fases de revisão das tabelas salariais, de forma a não se ultrapassar os respectivos prazos de vigência.

● Pelo fim às limitações e restrições, à liberdade de contratação colectiva, de acordo com a convocação 81.ª da OIT, revogando-se toda a legislação imperativa vigente, e, nomeadamente, a que limita a fixação de efeitos retroactivos.

● Pela liberdade de contratação colectiva para todos os trabalhadores sem discriminação.

● Pelo reconhecimento e garantia por lei do direito de contratação colectiva para todos os trabalhadores, sendo de admitir a autonomização com a concordância dos sindicatos e trabalhadores.

● Pelo condicionamento a requerimento das organizações sindicais de qualquer recurso à via administrativa, e pela participação qualificada daquelas nas Comissões Técnicas.

● Pela defesa do âmbito territorial das convenções colectivas não permitindo qualquer forma de discriminação regional designadamente quanto aos trabalhadores das Regiões Autónomas da Madeira e Açores.

III – CONDIÇÕES SOCIAIS DE VIDA

Os trabalhadores lutam:

● Pela actualização anual das reformas e extensão da pensão social, com respeito pelo princípio da pensão mínima não ser inferior a metade do salário mínimo nacional.

● Pela criação dum sistema unificado e descentralizado da Segurança Social.

● Pela gestão democrática da Segurança Social com a participação do Movimento Sindical, e pela revogação do Dec.-Lei 549/77 Lei Orgânica da Segurança Social que visa afastar as organizações de trabalhadores.

● Por medidas que obriguem os patrões a pagar as dívidas à Previdência.

● Pela integração progressiva no regime geral dos diversos esquemas de Previdência, em especial dos trabalhadores rurais.

● Pela redução da idade da reforma das profissões mais desgastantes, perigosas ou insalubres.

● Pela adopção de medidas eficazes para adopção do tempo de demora na atribuição das primeiras pensões e dos benefícios através de melhor aproveitamento de meios informáticos, adequada a permanente informação dirigida aos beneficiários, formação técnica e social do pessoal.

● Pela actualização das pensões de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

● Pela institucionalização do seguro social de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

● Pela revisão e actualização da legislação sobre doenças profissionais e a tabela nacional de incapacidades.

- Pela coordenação e planificação de acção de todos os serviços e organismos já existentes com funções na prevenção de riscos.

- Pela responsabilização das entidades patronais pelas condições de instalação e laboração das empresas.

- Pela proibição de importar, construir ou transaccionar instalações, máquinas e ferramentas sem os respectivos dispositivos de segurança ou de saneamento do ambiente.

- Pela ratificação e cumprimento de todas as convenções e observância das recomendações da OIT e sua conseqüente regulamentação.

- Pelo efectivo direito à saúde com a implementação do Serviço Nacional de Saúde.

- Pela gestão do INATEL pelo Movimento Sindical.

- Pela revogação do Dec.-Lei que permite o aumento da renda de casa.

- Pela concretização duma política de transportes verdadeiramente social.

- Por esquemas de apoio aos trabalhadores-estudantes e garantia de formação profissional.

IV – DESEMPREGO E DESPEDITOS

Os trabalhadores lutam:

- Pelo combate à política de recuperação capitalista de economia à custa dos trabalhadores, designadamente através de criação de um «exército de reservas» de mão-de-obra barata e dócil perante a exploração e opressão capitalistas.

- Pelo fim à chantagem das multinacionais que visam promover despedimentos em massa.

- Pelo combate aos despedimentos colectivos e a todas as formas de sabotagem económica do capital nacional ou internacional.

- Pela revogação da lei sobre os contratos a prazo.

- Pela manutenção das percentagens actuais do subsídio de desemprego em relação ao salário mínimo e pela diminuição substancial das restrições impostas pela actual legislação, por forma a abranger um maior número de desempregados designadamente os jovens que procuram o primeiro emprego.

- Pela concessão de descontos especiais aos desempregados, na actualização de serviços públicos.

- Pela suspensão de despejo aos desempregados bem como pela prorrogação de prazos de pagamento de impostos, rendas e dívidas.

- Pela eliminação do trabalho à tarefa.

- Pela proibição das agências de colocações devendo caber tal papel ao Serviço Nacional de Emprego.

- Pela limitação ao recurso às empresas de prestação de serviços.
- Pela aplicação efectiva da Lei 68/79 de protecção dos representantes dos trabalhadores face ao despedimento e à suspensão preventiva e pela reintegração de todos os activistas sindicais despedidos ou suspensos por motivos político-sindicais.
- Pela reconversão estrutural dos sectores de actividade económica, dentro da óptica de defesa dos postos de trabalho.
- Pela dinamização imediata do sector empresarial do Estado com todos os seus recursos com vista a criar condições para novos postos de trabalho.
- Pelo apoio técnico e financeiro às UCP's/Cooperativas, tendentes a manter e alargar os postos de trabalho, aproveitar os recursos existentes e desenvolver as suas produções, para se conseguir diminuir a dependência alimentar do país, questão vital para o desenvolvimento económico independente.
- Pela utilização integral dos centros de formação profissional com a participação activa do Movimento Sindical.
- Pela definição de uma política nacional de formação profissional.
- Pela criação de um Instituto de Emprego e de Formação Profissional com a participação activa do Movimento Sindical.
- Pelo direito ao trabalho dos diminuídos físicos possibilitando a sua recuperação e integração na sociedade.
- Pela introdução de normas respeitantes à admissão de aprendizes, quer nos CCTS quer em legislação própria.
- Pela intervenção efectiva da Inspecção de Trabalho no sentido de evitar e reprimir abusos que provocam instabilidade e insegurança no trabalho.
- Pela aplicação efectiva e controlada das leis que prevêm auxílio às empresas em dificuldades, a fim de manterem os seus postos de trabalho.
- Pela garantia do exercício ao controlo operário na empresa e sectores.
- Pelo alargamento e reforço dos meios e das funções do IAPMEI para efectivo apoio às pequenas e médias empresas.
- Pela proibição do Lock Out, como estipula a Constituição.
- Pela aplicação controlada pelo Movimento Sindical dos direitos do Fundo de Desemprego.
- Pela exigência de apoio às empresas em autogestão e cooperativas, através da efectiva aplicação da legislação.
- Pela sujeição dos casos de cessação dos contratos de trabalho por falência de empresas ao regime legal do despedimento colectivo.

V – CONTROLO OPERÁRIO

- Pela aplicação da Lei n.º 46/79 sobre direito ao controlo de gestão pelas CT's combatendo todas as iniciativas que visam limitar o direito ao seu exercício restringindo o conceito de sector Empresarial do Estado.

- Pelo funcionamento do Conselho Nacional do Plano e da criação dos Conselhos Sectoriais do Plano com a participação do Movimento Sindical e outras organizações de trabalhadores.

VI – SECTOR NACIONALIZADO

Os trabalhadores lutam:

- Pelo respeito e cumprimento da Lei das Comissões de Trabalhadores nomeadamente na parte que refere a eleição de representantes dos trabalhadores para os órgãos de gestão de todas as empresas do Sector Empresarial do Estado.

- Pela planificação obrigatória da actividade do sector nacionalizado, elaborada com a participação dos trabalhadores e fixando objectivos concretos a nível de funcionamento das empresas e de melhoria das regalias sociais.

- Pela criação de condições de funcionamento e de gestão pondo-se fim às condicionantes na política de preços, que tem servido a acumulação do sector privado e por uma política de crédito que tenha em conta a natureza do sector empresarial do Estado.

- Por um estatuto do gestor público que defina responsabilidades e poderes de gestão e ponha cobro às discriminações actuais de ordem ideológica ou política.

- Pela responsabilização do Estado em assegurar os meios necessários quanto a aumentos de capital ou subsídios de exploração de forma a garantir uma gestão económica e financeira correcta.

VII – COOPERATIVAS E EMPRESAS GERIDAS POR TRABALHADORES

- Pela imediata institucionalização do Instituto Nacional de empresas em autogestão que, apesar de não corresponder completamente às expectativas dos trabalhadores, pode permitir a melhoria do apoio técnico e financeiro, da formação de quadros e racionalização de meios e consolidação deste sector.

- Pela homologação imediata dos estatutos das empresas em autogestão e dos membros das respectivas comissões de gestão, conforme determina a Lei 68/78.

- Pelo fim das discriminações existentes contra este importante sector de propriedade social, inclusive nas contribuições para a Previdência, no acesso ao crédito e ao apoio técnico e de gestão, de forma a garantir os postos de trabalho.

VIII – DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA E POLÍTICA AGRÍCOLA

Os trabalhadores lutam:

- Pela revogação da lei Barreto.

- Pelo prosseguimento da Reforma Agrária.

- Pela continuação das expropriações na zona de intervenção da Reforma Agrária.
- Pelo não pagamento de indemnizações aos grandes agrários e aos sabotadores.
- Pela suspensão imediata dos processos de entrega de reservas e revisão dos processos concretizados de forma ilegal e arbitrária.
- Pela abertura de créditos; conversão em crédito a médio e longo prazo das verbas originárias do CAE utilizadas em investimentos pelas UCP's/Cooperativas; pagamento das dívidas do Estado às UCP's/Cooperativas.
- Pela promoção de uma política justa e correcta de comercialização e de preços e de apoio técnico às Cooperativas.
- Pela efectiva revogação da «Lei da Cortiça», garantindo-se a autonomia de gestão das UCP's/Cooperativas de acordo com o princípio da gestão e posse útil pelos colectivos de trabalhadores.
- Pelo respeito pela viabilidade económica e autonomia das UCP's/Cooperativas.
- Pela suspensão de toda a legislação complementar da Lei n.º 77/77 e respeito pelas normas constitucionais na elaboração de todos os diplomas legais e regulamentares respeitantes à Reforma Agrária.
- Pelo fim à política de consumação de arbitrariedades e ilegalidades, de repressão e de violência contra os trabalhadores agrícolas.

IX – DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Os trabalhadores lutam:

- Por uma nova política económica assente essencialmente no esforço nacional e visando a garantia do direito ao trabalho e a satisfação das necessidades essenciais da população, assente na contínua melhoria do nível de vida dos trabalhadores e no alargamento do mercado interno.
- Pela rápida implementação dos grandes projectos de investimento do sector nacionalizado que visam reforçar e modernizar a nossa estrutura produtiva e valorizar os nossos recursos naturais de que são exemplos mais significativos o Plano Siderúrgico Nacional, a barragem do Alqueva e o aproveitamento integral das pirites.
- Pela elaboração de verdadeiros Planos Económicos, baseados na ampla e efectiva participação organizada dos trabalhadores a todos os níveis, no sentido do pleno aproveitamento dos recursos e da capacidade produtiva nacionais.
- Pela reconversão e reestruturação das empresas e sectores em crise com vista a salvaguardar os postos de trabalho e garantir o aumento de produção.
- Por uma política científica e tecnológica nacional que ponha cobro à completa dependência actual e assegure o pleno desenvolvimento das capacidades e potencialidades existentes.

- Por uma política de diversificação quer dos países fornecedores quer dos países compradores dos nossos produtos, de forma a diminuir a dependência externa.

X – DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS

Os trabalhadores lutam:

- Pela participação efectiva na elaboração de legislação de trabalho, nos termos da Lei 16/79.

- Pela participação na definição e execução da Reforma Agrária (Sindicatos e organizações dos trabalhadores rurais) conforme recomendações da FAO e do artigo da Constituição da República.

- Pela definição legal do regime do trabalho rural e do trabalho doméstico e de acordo com reconhecimento e salvaguarda dos direitos já adquiridos na contratação colectiva ou garantidos na Constituição.

- Pela defesa de liberdade sindical combatendo as tentativas de intromissão do Estado com vista a pôr em causa a autonomia e independência do Movimento Sindical, e condicionar e limitar a actividade sindical.

- Pelo fim da discriminação que afecta as mulheres trabalhadoras e os jovens no trabalho, sem prejuízo do reconhecimento de direitos especiais de protecção à maternidade e à família, ou de protecção ao pleno desenvolvimento da personalidade dos jovens trabalhadores.

- Pelo direito de antena na RTP e RDP conforme consagrado no art.º 40.º da Constituição.

- Pela melhoria da actuação da Inspecção do Trabalho.

- Pelo reapetrechamento, dignificação e aumento da eficácia dos Tribunais de Trabalho e de toda a organização judicial com competência em matéria de trabalho, com vista a uma aplicação efectiva das normas referentes aos direitos dos trabalhadores.

- Pelo alargamento e reformulação da assistência judiciária de modo a facilitar, tornando menos oneroso, o recurso dos trabalhadores às vias judiciais para declaração e defesa dos seus direitos e garantias. Revisão do Código de Processo do Trabalho de modo a adequar as suas normas às características específicas do Direito do Trabalho, com reconhecimento da natureza deste com o ramo de direito que visa essencialmente a garantia dos direitos dos trabalhadores.

- Por legislação que proíba as organizações e Imprensa fascistas, dando cumprimento ao princípio consagrado no artigo 46.º, n.º 4 da Constituição.

- Pela aplicação e garantia de direitos iguais para os trabalhadores do Continente e das Ilhas dos Açores e Madeiras, contra a discriminação reaccionária e separatista.

- Contra qualquer discriminação no plano do salário, do emprego ou da Segurança Social, nomeadamente as que afectam os trabalhadores rurais, pescadores e domésticas.

- Pela participação do Movimento Sindical nos Acordos de Emigração.

DESTACÁVEL DO N.º 32 DE ALAVANCA